

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicação e Arte
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação

O metajornalismo como base para um jornalismo cidadão dentro do Jornal Pessoal

Daniel da Rocha Leite Junior
Abril de 2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura sob orientação da Prof. Dr. Alexandre Barbosa

Agradecimentos

Aos amigos que compartilharam o sonho e as vivências em Belém-PA e São Paulo-SP

À minha família por sempre apoiar os meus caminhos

Ao meu orientador pelos diálogos construtivos

À minha filha que nasceu durante o processo da pesquisa e me ofereceu forças para continuar e iluminou o meu olhar feito lamparina na escuridão

À liberdade que sempre me acompanha e me ensina a cair e levantar

O metajornalismo como base para um jornalismo cidadão dentro do Jornal Pessoal

Daniel da Rocha Leite Junior¹

Resumo

Em 2017, o Jornal Pessoal do jornalista e sociólogo Lúcio Flavio Pinto, que circula em Belém do Pará, comemora 30 anos de jornada na construção de um pensamento crítico e descolonizado sobre a Amazônia. Nesse sentido, o presente trabalho propõe uma análise imersiva na produção do periódico amazônico alternativo e independente para reconhecer quais os paradigmas do metajornalismo praticados pelo autor para efetivamente construir um jornalismo autônomo e contra-hegemônico pautado nos interesses da sociedade

Palavras-chave: Jornal Pessoal – Metajornalismo – Lúcio Flavio Pinto - Amazônia

Abstract

In 2017, the Jornal Pessoal of the journalist and sociologist Lúcio Flavio Pinto that circulates in Belém do Pará celebrates 30 years of work in the construction of a critical and decolonized thinking about the Amazon. In this sense, the present work proposes an immersive analysis in the production of the alternative and independent Amazon periodical to recognize the paradigms of metajournalism practiced by the author to effectively construct an autonomous and counter-hegemonic journalism based on the interests of society.

Keywords: Jornal Pessoal - Metajournalism - Lúcio Flavio Pinto - Amazonia

Resumen

En 2017, el Jornal Pessoal de periodista y sociólogo Lúcio Flavio Pinto que circula en Belem celebra 30 años de recorrido en la construcción de un pensamiento crítico y descolonizados en el Amazonas. En este sentido, el presente trabajo propone un análisis de inmersión en la producción de la revista alternativa e independiente del Amazonas para reconocer lo que metajornalismo paradigmas practicadas por el autor para construir efectivamente un periodismo autónomo y contrahegemónica guiado por los intereses de la sociedad.

Palabras-clave: Jornal Pessoal - Metajornalismo - Lúcio Flavio Pinto - Amazon

¹ Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade da Amazônia. Pós-graduanda em Mídia, Informação e Cultura pelo CELACC/ECA-USP.

1 - Introdução

O jornalismo é uma ferramenta que visa transmitir informações de interesse público por meio da coleta, investigação e análise de fatos importantes para a demanda de um cidadão, afinal a informação é um direito social fundamental para a organização da sociedade. Entretanto, observa-se no cenário do jornalismo praticado no Brasil uma arquitetura estrutural baseada na relação da informação como mercadoria sendo divulgada a partir de editoriais engessados pelos interesses dos maiores anunciantes e investidores das grandes mídias de massa.

Este artigo procura investigar o paradigma jornalístico praticado pelo Jornal Pessoal de Lúcio Flavio Pinto dentro da cidade de Belém do Pará que vem reportando e analisando fatos de interesse público nos últimos anos dentro da Amazônia. A necessidade de inserir os estudos em mídias alternativas na agenda dos pesquisadores midiáticos e no cenário da pesquisa sobre comunicação e informação nos âmbitos culturais e sociais dentro da academia é de suma importância para expandir o debate sobre o que é informação.

Para elucidar a proposta da observação científica desse texto foi feita uma análise metodológica de campo, ao ter sido realizada uma viagem para conhecer o jornalista e sociólogo Lúcio Flavio Pinto e interagir com o Jornal Pessoal e as pessoas que consomem as informações publicadas no periódico alternativo. Assim como também, uma análise teórica e bibliográfica sobre os conceitos de mídia radical e metajornalismo para poder pontuar e situar historicamente o trabalho jornalístico exercido pelo jornal amazônico independente para atingir, dessa maneira, um nível de proximidade com o objeto de estudo analisado e poder debater com mais propriedade sobre a temática pesquisada para a construção dessa tese científica.

Nesse sentido, é necessário expandir as discussões sobre o "saber e o fazer" jornalístico, encontrar quais os paradigmas e as práticas existentes para a consolidação de um "jornalismo cidadão", atrelado a "informação social" dentro do cenário do jornalismo brasileiro para assim pensar na construção de uma mídia que compartilhe socialmente os processos de produção da notícia por meio de pautas que estejam envolvidas com os interesses públicos do espaço onde ela está inserida socialmente, politicamente, economicamente e culturalmente.

2 - Comentários sobre mídia alternativa e o metajornalismo

Um olhar imersivo sobre o paradigma do jornalismo torna possível observar práticas que se distanciam da ética jornalística, que busca a integridade do fazer jornalístico como uma ferramenta que possibilita o exercício da responsabilidade social pautada no interesse público. Por exemplo, o que vem sendo produzido como notícia dentro da indústria jornalística impressa no Brasil demonstra um quadro onde a notícia é um produto de mercado produzido a partir de interesses privados dos donos dos meios de comunicação em confluência com as vontades de seus investidores e anunciantes. Segundo Mesquita (2003), a representação do jornalismo como “poder do contra” é resultado do papel de vigilante da democracia que os jornalistas assumiram com o passar dos tempos no front da crítica social, política e econômica.

Quatro motivos justificam para Dominique Wolton esta vitória: primeiro, o facto de a liberdade de imprensa se ter tornado no horizonte da comunidade internacional. Por outro lado, a certeza de que a mundialização da informação é uma das mudanças mais espetaculares dos últimos trinta anos. Em terceiro lugar, a constatação de que as indústrias da informação e da comunicação estão em plena expansão no plano mundial. Finalmente, a afirmação dos jornalistas no meio cultural e político, pela sua omnipresença em todos os domínios da vida pública (MESQUITA, 2003, p. 74).

O surgimento e consolidação do contexto neoliberal na economia e política mundial influenciou a proliferação de novos formatos de movimentos comunicacionais, sociais e culturais, ligados à ideia de resistência e integração no contexto latino-americano, haja vista que não só apresentam uma resposta de defesa ao que estava acontecendo mundialmente, mas propõem uma síntese orgânica orientada por alternativas de emancipação social e cultural na busca de uma identidade autônoma.

Segundo Canclini (1988) os modelos de desenvolvimento econômico e político da experiência no Brasil passaram por extensos movimentos de defesa da democracia por causa do seu período de regime militar durante a ditadura e possuem uma dívida externa avassaladora. Esse fato gerou reconstruções no poder político e na sociedade civil. Assim como, também, segundo o antropólogo, nesses países houve uma crise de representatividade dos sindicatos, partidos e nos conglomerados comunicacionais por meio de interesses setoriais na política e na economia que suprimiram o campo cultural, reduzindo os espaços públicos de debate.

Acredita-se que a consolidação do neoliberalismo no contexto latino-americano e a afirmação do seu modelo de desenvolvimento motivou os indivíduos a se organizarem e criarem seus próprios espaços de debate por meio do uso da tecnologia seja por meio da internet, jornais e rádios comunitários ou coletivos artísticos, pois a falácia da liberdade neoliberal carrega um discurso de inclusão, entretanto nem todos os grupos sociais tem espaço para a expressão da sua representatividade simbólica nas mídias de massa, ou seja, a construção do mundo contemporâneo dentro dos meios de comunicação é um lugar para poucos grupos sociais, nem todos as vozes são escutadas ou tem o espaço aberto para diálogo ou visibilidade.

Nesse sentido, encontramos a experiência da imprensa alternativa ou radical como propõe Downing (2002) quando debate sobre as diferenças entre culturas populares, culturas de massa e culturas populares de oposição quando comenta sobre a capacidade dos indivíduos de processar e resignificar as informações divulgadas pelas mídias de massa e gerarem seu próprio canal de produção e divulgação de informação sem a vinculação mercadológica, criando dessa maneira espaços e ferramentas para a consolidação de uma mídia radical e contra-hegemônica pautada na construção democrática da informação, pois o processo é compartilhado socialmente. A mídia radical é viga mestra da comunicação democrática uma vez que comparada a sua escassez de recursos, tem muito mais poder de transformação que a mídia convencional. (DOWNING, 2002, p.79-79)

Segundo Peruzzo (2004), as mídias radicais no contexto latino-americano e, conseqüentemente, no brasileiro deram espaço de produção, desenvolvimento, divulgação e expansão dos movimentos sociais ou projetos comunicacionais independentes, sendo assim, possibilitou espaços para construção de debates antes marginalizados nas mídias de massas, ou seja por meio de uma via de mão dupla onde quem é receptor também é emissor de informação, afinal receptor e emissor se retroalimentam constantemente. Ou seja, a organização do processo de produção midiática é horizontal e tem um editorial ligado aos interesses públicos, considerando-se que é o próprio público produzindo e consumindo informação de si para si mesmo, construindo e expandindo de forma orgânica a ideia de uma cultura popular de oposição que reconheça as estratégias ideológicas de liderança econômica e cultural das classes dominantes e assim mobilizar as classes marginalizadas no processo de representatividade social, cultural e midiática.

A sociedade brasileira está sempre mudando, num movimento constante cuja origem está na contradição e na diversidade, no conflito entre forças contrárias que ora confluem ora se repelem, daí surgindo o novo. E assim ele vai construindo sua história, ora convalidando, ora rejeitando o *status quo*” (PERUZZO, 2004, p.29)

De acordo com Kucinski (2003), no contexto brasileiro, a palavra alternativo ficou relacionada a publicações independentes que não estavam vinculadas à cultura dominante, ou seja, faz referência àqueles que, principalmente, se posicionavam contra a ditadura. Entretanto, o autor afirma que haviam duas classes de publicações, os políticos que debatiam estratégias da esquerda contra o regime ditatorial no Brasil e os que propunham rupturas culturais criticando tradições, comportamentos e costumes tendo como base os movimentos de contracultura norte-americanos. Constata-se, então, que as mídias brasileiras independentes e alternativas não eclodiram com o objetivo de substituir as mídias de massa, mas sim como uma forma de questionar, protagonizar e transformar o contexto político, social e cultural brasileiro.

duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do *nacional* e do *popular* dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960. Em geral pedagógicos e dogmáticos [...] A outra classe de jornais tinha suas raízes justamente nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo [...] Rejeitavam a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média. (KUCINSKI, 2003, p. 5-6)

Após reflexão sobre a questão das mídias alternativas no Brasil, é perceptível imaginar uma audiência estática que é mera receptora de informações. Esse pensamento não mais cabe para analisar a experiência do jornalismo mundial atual, principalmente quando pensamos sobre a mudança do paradigma da comunicação no mundo contemporâneo influenciado pelas transformações tecnológicas, da internet e da globalização em convergência com a busca por representatividade simbólica de grupos sociais e culturais marginalizados na mídia tradicional.

Segundo Moraes (2007), o universo digital da comunicação dentro da internet, possibilita uma estrutura descentralizada com múltiplos focos de fontes de emissão e recepção de informação, portanto a rede tem permitido experiências de construção

mediática e de todos os formatos e ângulos de informação com orientação contra-hegemônica e hegemônica. A internet é o espaço de “todos” e de “tudo”, nesse sentido os canais estão abertos para qualquer tipo de representatividade social, cultural, política e econômica. Sendo assim, é importante perceber a emergência da comunicação alternativa e independente em rede e para quais caminhos apontam.

A teia gigantesca desfaz pontos fixos ou limites predeterminados para o tráfego de dados e imagens; não há centro nem periferia, e sim entrelaçamentos de percursos. As fronteiras entre quem emite e quem recebe podem tornar-se fluidas e instáveis. Os usuários têm a chance de atuar, simultaneamente, como produtores, emissores e receptores, dependendo de lastros culturais e habilidades técnicas. A colagem de interferências individuais põe em circulação idéias e conhecimentos, sem as noções de seleção e estratificação que condicionam os processos midiáticos. (MORAES, 2007, pg.2)

Um outro olhar sobre a audiências dos veículos de comunicação é oferecido após a análise do contexto das mídias alterativas e independentes mais as possibilidades de expansão de um mundo globalizado sempre em constante conexão. Sendo assim, conforme Downing (2002), atualmente as audiências são ativas e procuram essa forma de interação com as mídias, pelo fato de que boa parte das experiências existentes são realizadas por pessoas que trabalhavam dentro do setor da comunicação como jornalistas, publicitários, repórteres, editores e outros que não mais compactuavam com o modelo estabelecido pela mídia de massa no qual trabalhavam ou, também, essas mídias radicais, alternativas e independentes são produzidas por grupos sociais marginalizados no espaços comunicacionais da imprensa de grande porte e decidiram criar seu próprio espaço de debate para dar voz e representatividade simbólica dentro do meio social que estão inseridos.

A comunicação tem a ver com compartilhar com discernimento a gama de questões que flagelam a vida social, tal como percebidas a partir de inúmeros pontos de vista, e compartilhar as possíveis soluções para elas é muito mais condizente com o potencial da mídia do que qualquer outra instituição contra-hegemônica, como um partido, um sindicato ou um conselho. A resistência, em outras palavras, é resistência às múltiplas fontes de expressão, mas requer, por sua vez, diálogo nos diversos setores – por sexo, raça, etnia, e nacionalidade, por exemplo. A mídia radical aternativa é central nesse processo. (DOWNING, 2002, p.53)

Segundo Downing (2002) as principais características que moldam a formatação de uma mídia radical, alternativa e contra-hegemônica são: expandir o âmbito das informações e abrir espaços por meio do diálogo aberto com grupos sociais no qual a mídia convencional, tradicional e de grande porte não faz, as pautas serão ligadas aos interesses públicos e não privados independentemente se fazem parte ou não da agenda de pautas da grande imprensa, os processos de construção e divulgação da informação serão socialmente compartilhados e não seguirão as leis de um editorial enrijecido ou do mercado publicitário como é a prática das redações dos grandes jornais.

Nesse contexto, encontramos experiências de mídias alternativas no Brasil que tem as características abordadas anteriormente pela análise do pesquisador Downing para a construção de uma mídia racial e independente. São os casos dos Mídia Ninja, Jornalistas Livres, O Pasquim, Opinião, Bondinho, EX e Jornal Pessoal. Ao observar os trabalhos jornalísticos citados, percebe-se duas interpretações das experiências midiáticas alternativas brasileiras – algumas surgem nos períodos de tensão política e costumam existir por um breve período, mas também tem outros que resistem e parecem que seguirão construindo um espaço de informação aberto ao diálogo com o público a partir de pautas de interesse público que precisam ser investigadas e compartilhadas socialmente.

O caso do Jornal Pessoal, um jornal independente da região amazônica que existe desde 1987 no cenário do jornalismo brasileiro como uma alternativa à cobertura jornalística sobre a Amazônia, assim como, também, a experiência do Mídia Ninja que surgiu em 2011 por meio do Coletivo Fora do Eixo e ganhou repercussão com as manifestações e protestos de rua que eclodiram em 2013, e segue demonstrando característica de que continuará com seu trabalho de fiscalização dos três poderes e investigação das pautas de interesse público da sociedade brasileira.

Para entender melhor o significado dessas construções midiáticas alternativas foi escolhido uma aproximação com o trabalho realizado pelo sociólogo e jornalista Lúcio Flavio Pinto e o sua ação jornalística realizada por meio do Jornal Pessoal, pois percebe-se que a experiência de produção de informação independente neste periódico alternativo aponta caminhos para o entendimento da arquitetura do jornalismo de forma a repensar o modo como as notícias são produzidas, como são divulgadas e legitimadas socialmente.

A crítica realizada pelo jornalista paraense no *Jornal Pessoal* demonstra as frágeis conexões políticas e econômicas do “jornalismo empresarial/comercial contemporâneo” amazônico para assim visualizar os enrijecimentos ideológicos que ferem os princípios éticos do jornalismo por meio de pressões financeiras, editoriais e políticas impostas a uma mídia de massa e como isso afeta a conduta jornalística na busca pela imparcialidade, objetividade, verdade dos fatos de relevância pública.

Definido de uma ou de outra maneira, este conceito de legitimidade é naturalmente inseparável da exigência de responsabilidade social dos media, enquanto organizações de produção e difusão de informação, e dos jornalistas, enquanto indivíduos que, pelo desempenho das suas funções de mediação, podem influenciar directa ou indirectamente o conjunto dos cidadãos. Daí que ao imperativo de legitimação, e portanto, concessão de liberdades para o trabalho de processamento da informação, acresça o da responsabilização social dos jornalistas. (MESQUITA, 2003, p.137).

O conceito do metajornalismo que surgiu na metade do século XX, segundo Madalena (2007) coloca em debate a ideia clássica de que o jornalista e o jornalismo não são objetos de notícia, pois por meio da ferramenta de construção metajornalística isso se esvazia de sentido, entretanto, agora a cobertura jornalística é passível de ser material para a produção de matérias, reportagens e críticas. Essa prática dentro da arquitetura do jornalismo contribui para demonstrar a necessidade da fiscalização das práticas jornalísticas e assim estender o debate sobre os efeitos da informação e qual o papel dos meios de comunicação nesse processo dentro da sociedade.

A democratização de espaços como os que os jornais reservam à publicação de cartas dos leitores institucionalizaram práticas a que chamamos, no âmbito deste trabalho, metajornalísticas, na medida em que confinam uma espécie de jornalismo sobre o jornalismo. Compreendendo-se mal que o jornalismo fosse a única actividade social em democracia a escapar aos olhares críticos promovidos pela liberdade de expressão, o aparecimento de estratégias de controle do próprio controle é, no fundo, a admissão, ainda que contrariada por grupos de profissionais, de que o jornalismo não tem por que ser um ofício de privilégios destacados (MADALENA, 2007, p. 17)

O metajornalismo é uma forma de prática jornalística que tem como base o trabalho realizado pela imprensa, ou seja, consiste na interpretação crítica do jornalismo praticado pelos jornalistas dos meios de comunicação de massa. Em outras palavras, funciona como uma espécie de "contrapoder" às hegemonias midiáticas, pois tem o

objetivo de mostrar contradições, interesses e parcialidades abordando pautas que não são observadas pelas mídias tradicionais e empresariais.

O meio jornalístico atual é um cenário complexo de interesses que, normalmente, se distanciam dos princípios éticos do jornalismo e, conforme Madalena (2007), a prática metajornalística tem funcionado como uma ferramenta de desmitificação da profissão em frente as massas, pois o fato de o metajornalismo demonstrar quem são os profissionais da informação, como trabalham, quais são suas ideologias, como buscam realizar a sua investigação, os excessos ético-deontológicos que são cometidos, as falhas com o interesse público, ou seja, informar sobre os informadores, contribuindo dessa forma para a reflexão múltipla e diversificada sobre os fatos e sobre o lugar e a responsabilidade social do jornalismo e dos jornalistas.

[...] mais do que uma avaliação ético-deontológica, permite uma reflexão sobre a própria essência do jornalismo. Sendo certo que a legitimidade do jornalismo não depende apenas do cumprimento de preceitos de natureza ética, mas também ou fundamentalmente do reconhecimento por parte do público do lugar e função sociais da informação, o metajornalismo é a condição para o maior de todos os imperativos: reinventar o jornalismo. (MADALENA, p. 18)

A crise da experiência comunicativa dentro jornalismo nos meios de comunicação de massa no Brasil tem demonstrado que é preciso repensar o modo do “saber-fazer” jornalístico, sendo assim, a prática metajornalística tem se oferecido como um caminho que valoriza o exercício dos princípios éticos do jornalismo como ato primordial para o exercício da profissão, pois numa abordagem pragmática o metajornalismo procura desconstruir os sentidos pré-estabelecidos na produção de uma notícia e assim debater sobre as leis que regulam a produção jornalística, e, também, funcionar como uma prática ligada à cidadania e, assim, fiscalizar e gerar debates críticos sobre as condições de desenvolvimento de uma informação dentro dos mass media.

3 - Contextualização histórica do Jornal Pessoal do Lúcio Flavio Pinto

O paraense Lúcio Flavio Pinto foi influenciado pelo trabalho do jornalista americano Isidor Feinstein Stone, mais conhecido como Izzy Stone, que editou o jornal independente e alternativo de quatro páginas chamado I. F. Stone's Weekly durante 19 anos. Durante esse tempo registrou a história “não-oficial” dos Estados Unidos e do mundo. Isso quer dizer que nas páginas do periódico americano aparecia conteúdos que

não apareciam em nenhum outro jornal. Dito isso, Lúcio lança no ano de 1987, nas ruas e bancas da cidade de Belém do Pará, o Jornal Pessoal.

Em setembro de 2017 o periódico independente completará 30 anos de atuação e resistência jornalística dentro do cenário das mídias amazônicas. O nascimento do Jornal Pessoal já é uma demonstração das suas características de imprensa independente e livre, pois desde o primeiro momento semeou uma proposta de fazer um jornalismo ligado aos interesses de relevância pública e de demonstrar caminhos por meio do metajornalismo para a produção de informação sobre a Amazônia ligada aos interesses da sociedade, seja em âmbito regional, nacional ou internacional.

A existência do periódico independente foi fruto de uma negação do jornal O Liberal em publicar uma reportagem investigativa de Lúcio Flavio Pinto sobre o assassinato do ex-deputado do PMDB Paulo Fonteles, que também era advogado de posseiros no sul do Pará, espaço ligado à temática do conflito agrário e da luta pela posse de terra no interior da Amazônia, área recordista em questões ligadas ao conflito de terra no Brasil.

O conglomerado comunicacional da família Maiorana fez a cobertura da morte de Paulo Fonteles, colocando o tema nas principais manchetes do jornal O Liberal por vários dias, assim como nos canais de rádio e televisão dos quais são proprietários. Houve um artigo publicado no dia 12 de junho de 1987, no caderno de “Política”, chamado “O vasto faroeste amazônico”² escrito por Lúcio Flavio Pinto no período que ainda trabalhava na redação do jornal impresso de massa, entretanto, um texto que não se aprofunda e apenas foca no dia do assassinato e na repercussão social e política do acontecimento sem investigar de fato quais seriam os possíveis executantes e mandantes do crime, pois nenhum conteúdo reportado poderia ferir o valor econômico da notícia, ou seja, nenhum aprofundamento investigativo podia atingir o formato notícia-mercadoria padronizado pelo editorial do jornal.

A matéria escrita pelo jornalista Lúcio para o jornal O Liberal foca muito nos comentários de figuras políticas da Assembleia Legislativa do Pará, da Câmara Municipal, do Governo do Estado, da Prefeitura, assim como representantes de diversos partidos da esquerda e direita que foram entrevistados durante o enterro de Paulo

²verificar o Anexo I

Fonteles. Mantêm o discurso “simbólico” na problemática nacional da reforma agrária e na necessidade de fazer justiça e não deixar impune esse assassinato político, entretanto, em nenhum momento a matéria oferece um olhar pragmático sobre o fato e nenhuma profundidade sobre as questões que envolve a estrutura da morte do advogado e ex-deputado, como por exemplo: o nome de mandantes, dos assassinos ou dos envolvidos no esquema.

Faz uso, também, de discursos proferidos por Paulo Fonteles, enquanto ainda estava vivo, para tentar remontar alguns fatos e assim entender o cenário desse crime previsto pelo próprio morto que sofreu durante muitos anos ameaças de atentado contra a sua vida. Nesse contexto, as denúncias feitas pelo ex-deputado e advogado para especular sem provas concretas sobre nomes de possíveis envolvidos no assassinato ou de um grupo que possa estar por trás do caso como por exemplo a União Democrática Ruralista (UDR) que procura favorecer os interesses do latifundiários e donos de terras por meio de fraude a partir do processo de grilagem. Todavia, nada afirmativo através de provas no conteúdo da matéria sobre os mandantes ou assassinos desse crime político, só suposições através das informações antes oferecidas por Fonteles ou por meio da análise do quadro dos conflitos agrários do interior do Pará em função de outros assassinatos semelhantes dentro do Estado.

Na época, O Liberal era o principal veículo comunicacional impresso de grande circulação do Pará, portanto, comprometido com diversos investidores e empresas que eram anunciantes dentro dos espaços do jornal. A decisão dos organizadores e donos do jornal de massa em não divulgar a reportagem do jornalista Lúcio Flavio Pinto nas suas páginas demonstra a escolha pela omissão de informações de grande importância para o interesse público em função de interesses econômicos e políticos privados, mas, principalmente, uma falha com a prática da cidadania ao escolher a produção da notícia-mercadoria, afinal a informação social é importante para que as pessoas possam se nutrir de dados e assim construïrem um pensamento crítico sobre os fatos de forma autônoma e livre dos interesses comerciais privados da grande imprensa impressa. Contudo, segundo o pesquisador Marcondes (1986) não é o que temos observado dentro do quadro da grande mídia.

A censura à imprensa, a perseguição aos jornais, o controle de opinião representam, antes de tudo, uma ameaça à sobrevivência econômica da imprensa, à sobrevivência como empresa. Bem situados e ricos donos

de jornais liberais quando saem às ruas para clamar por maior liberdade de imprensa só o fazem em função de seus interesses puramente como empresários e capitalistas. A sua atividade é que está ameaçada, não o bem geral, o direito social à informação e à formação democrática de opinião pública (MARCONDES FILHO, 1986, p.85)

Observa-se que dentro das páginas da primeira edição do Jornal Pessoal, que tem como manchete de capa o título “Um crime bem planejado”³, há uma reportagem densa e aprofundada sobre o tema do assassinato político de Paulo Fonteles, demonstrando para o leitor as vísceras que foram omitidas, os nomes escondidos na gaveta, as marcas deixadas pelas sombras políticas, ideológicas e econômicas daqueles que envenenam as terras da Amazônia. Lúcio Flavio Pinto faz do interesse público sua principal força de alimentação para construir a matéria, pois sabe da importância do acesso a informação, principalmente, àquela que envolve a arquitetura política e social do espaço em que está inserido os fatos

A matéria escrita por Lúcio Flavio Pinto para o Jornal Pessoal coloca luz sobre fatos, objetos e pessoas que fizeram parte da penumbra que contornava o cenário do assassinato do ex-deputado e advogado Paulo Fonteles. O jornalista paraense, após três meses de investigação desse crime político oferece nomes e acontecimentos que foram “esquecidos” pelo jornal de massa O Liberal com o intuito de esclarecer esse acontecimento de grande relevância pública para além dos que puxaram o gatilho, demonstrando que os pistoleiros eram apenas “bodes expiatórios” dos verdadeiros assassinos.

O jornalista paraense descobriu que envolvia pessoas economicamente e politicamente poderosas e publicou os seus nomes no Jornal Pessoal, sem embargos ou barreiras editoriais em função de amarras impostas pelos investidores ou anunciantes do O Liberal, haja vista que o jornal independente sobrevive somente dos seus leitores, portanto, o jornalista sentia a necessidade de oferecer à sociedade paraense os fatos de relevância pública que haviam sido escondidos por questões comerciais e não jornalísticas, nesse sentido estava livre para denunciar os envolvidos, como por exemplo, os citados: Francisco Joaquim Fonseca, do grupo Jonasa e Jair Bernadino de Souza, dono da empresa Belauto, ambos muito influentes economicamente dentro da região amazônica, um segurança chamado “capitão” James Sylvio de Vita Lopes, os pistoleiros

³observar o Anexo II

José Roberto Vasconcelos, Marcos Antônio Nogueira, Antonio Pereira Sobrinho, o motorista Osvaldo R. Pereira e instituições públicas das esferas municipal como a Polícia Militar, estadual com participação de agentes do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Dops) e federais como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Polícia Federal.

A reportagem do Jornal Pessoal sobre o assassinato de Paulo Fonteles mostra outros capítulos que foram omitidos pelo jornal de massa O Liberal, como por exemplo a carta enviada pelo “capitão” James para o jornalista João Malato, os passos do delegado Otacílio Mota, os trâmites entre os mandantes e os “bodes expiatórios”, tudo isso colocado conjuntamente à opinião crítica de Lúcio Flavio Pinto perante a esse crime político, assim como críticas a como as mídias de massa, principalmente o jornal O Liberal, divulgou o fato.

Nesse sentido, a reportagem de Lúcio Flavio Pinto foi censurada por ferir a imagem de um dos anunciantes/investidores do veículo comunicacional, os representantes das empresas Belauto e Jonasa, pois eles haviam sido citados no texto como mandantes do crime político, colocando esses indivíduos com uma imagem negativa perante a sociedade paraense. Entretanto, a abordagem investigativa do jornalista paraense foi necessária para elucidação do assassinato, cedendo dessa forma a possibilidade de o cidadão poder desenvolver um olhar crítico sobre esse fato de importante relevância pública para o entendimento dos conflitos de terras que envolvem manobras políticas e econômicas no interior da Amazônia.

A inauguração do periódico independente sem nenhum espaço publicitário para anunciantes nas folhas do Jornal Pessoal foi toda custeada pela direção de O Liberal como forma de solucionar o problema da censura à reportagem investigativa do crime político que acontecera no interior da Amazônia feita pelo Lúcio Flavio Pinto. Entretanto o posicionamento político do jornalista frente a mídia de massa provocou a imposição de sanção, como por exemplo, ele não poderia citar o nome da gráfica que se propôs realizar a impressão com objetivo de não passar para a empresa a responsabilidade daquela publicação. Esse ato do jornal O Liberal foi motivado pela Lei da Imprensa de 1967 e, também, pelo fato de a gráfica ser de propriedade do grupo Maiorana, após a publicação do Jornal Pessoal, Lúcio Flavio Pinto rescindiu seu contrato com o jornal O Liberal por discordâncias ideológicas.

Foi realmente assim. Em 1987 eu ainda era colaborador de O Liberal, além de correspondente em Belém de O Estado de S. Paulo. Depois de três meses de muito trabalho investigativo, tinha a história completa do assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles. Apresentei o texto para Rosângela Maiorana, uma das diretoras e donas do jornal, com quem eu tinha mais relação. Ela ficou impressionada pela riqueza das informações e a forma da narrativa, bem fluente. Mas disse que não podia publicá-la. Eram apontados como envolvidos na trama dois dos homens mais ricos do Pará e anunciantes do jornal. Diante da negativa, lhe propus: e se eu criasse um jornal meu? Aliviada, ela na hora topou imprimir de graça o jornal (na sua maior tiragem, de cinco mil exemplares), desde que eu não citasse a gráfica. Foi uma solução original para aquele velho impasse entre o dono do jornal e o jornalista mais ousado. Querem publicar a matéria? Então cria o teu jornal – costuma desafiar o dono. O jornalista então desiste. Eu não desisti. (PINTO, 2017, entrevista concedida por e-mail⁴ para essa pesquisa)

O Jornal Pessoal, que vem sendo publicado duas vezes por mês desde setembro de 1987, demonstra novos caminhos para se desenvolver jornalismo quando nega o formato notícia-mercadoria que foi padronizado pelos principais veículos comunicacionais de massa brasileiros e do mundo, pois a prática vigente e usada como regra na *práxis* dos *mass media* visualiza os seus leitores como meros consumidores de informação, entretanto, o jornalista Lúcio Flavio Pinto produz um conteúdo aprofundado a partir da reflexão analítica e crítica dos fatos e oferece comentários e avaliações sobre o cenário comunicacional amazônico, brasileiro e do mundo por meio de textos que fazem uso das práticas de metajornalismo ao criticar a forma como foi feita a cobertura, produção e divulgação de informações nas mídias de massa sobre um acontecimento ou uma questão social importante para a sociedade.

Este é um jornal pequeno e pessoal não por acaso. É um produto das circunstâncias dentro das quais exerço sua opção: a de transmitir à opinião pública, sem retoques, os resultados da investigação dos temas mais importantes da conjuntura de hoje, talvez a história de amanhã. A intenção é publicá-lo quinzenalmente, com um tratamento temático, à maneira deste primeiro número, dedicado à morte do ex-deputado Paulo Fonteles, ou ampliando o seu universo. (JORNAL PESSOAL, n. 1, capa, 1987).

O cenário cotidiano da Amazônia é cheio de temáticas ácidas, complicadas, difíceis, penosas e sangrentas que normalmente são “esquecidas” pelas mídias de massa

⁴ver o Anexo III

tradicionais que só conseguem olhar para o lado exótico da face amazônica. Enquanto o Jornal Pessoal tem sido o principal canal para a divulgação e repercussão do lado sombrio e pouco observado pelas mídias da face amazônica sem a distorção ou omissão de informações que é *práxis* da grande imprensa quando lida com interesses privados que invadem a esfera do interesse público, como comenta Ciro Marcondes Filho (1986) sobre a subordinação econômica e ideológica dos veículos comunicacionais na produção de informação.

A ideia é a de o jornal não funcionar como um veículo reprodutor de posicionamentos ou como porta-voz de setores (como no caso do jornal burguês) que defendem suas posições e difundem pelo jornal plataformas particulares, mas de criar o espaço possível, um mero instrumento para uso de formas diversificadas de oposição, que realize, em suma, a abertura de espaços informativos generalizados, que a ideologia liberal tem como proposta, mas que não pode realizar em virtude do caráter da grande imprensa no capitalismo, subordinada aos imperativos econômicos de seus patrocinadores (MARCONDES FILHO, 1986, p.142).

Após observação e contato com o Jornal Pessoal, por meio das análises teóricas e imersão na experiência jornalística da trajetória do jornalista Lúcio Flavio Pinto no cenário do jornalismo brasileiro, é possível afirmar que sem a existência do seu periódico alternativo e independente muitos fatos de interesse público teriam sido “escolhidos para serem esquecidos” pelas demandas da notícia-mercadoria das principais mídias impressas tradicionais da Amazônia e, conseqüentemente, nas esferas nacionais e internacionais. Caso fossem “lembrados” pelas pautas das redações dos grandes jornais de massa, se transformariam em matérias sem profundidade, meras notas ou *hard news*⁵ rasos, pois não contribuía para o valor da imagem social/comercial que os editoriais precisam vender ou reproduzir para os seus anunciantes e investidores.

4 – Observações sobre as estruturas e as características estéticas, mercadológicas, ideológicas e do conteúdo da produção jornalística do Jornal Pessoal

Após *clipping* nas mais de 600 edições da história do Jornal Pessoal e uma entrevista com o jornalista Lúcio Flavio Pinto para esta pesquisa unidas à análise de

⁵Para Tuchman (1978), as *hard news* são notícias quentes que fazem referência a acontecimentos recentes

exemplar escolhido após uma seleção que priorizou as edições que tivessem reportagens com mais relevância pública no contexto do jornalismo amazônico, portanto, é possível tecer alguns comentários sobre a composição do conteúdo informativo e a organização do trabalho para a produção das notícias.

A primeira observação importante sobre a estrutura estética e mercadológica do Jornal Pessoal é que não há registro de uso de espaço publicitário para anunciantes durante toda a trajetória do periódico independente nos últimos 30 anos, o máximo que se encontra de material visual são as charges na capa do jornal ou fotografias da Belém do século passado no decorrer das páginas do jornal, com exceção da reportagem da primeira edição onde aparece uma foto do advogado Paulo Fonteles.

A ausência de espaços de publicidade gera o questionamento de como o jornal se mantém. Dito isso é necessário deixar claro o posicionamento político de Lúcio Flavio Pinto de não aceitar a injeção de capital privado dentro dos espaços do Jornal Pessoal, sendo assim, o seu periódico resiste do valor cobrado pelos exemplares a cada edição, atualmente está no valor de 5\$ reais.

Nos últimos anos, apesar de ainda não oferecer espaço publicitário no seu jornal, o jornalista abriu dois *crowdfunding* (financiamento coletivo) na internet, um deles era para ajudar a manter o Jornal Pessoal, ainda em pleno funcionamento, como nos seus quase 30 anos de vida, digitalizar todas as mais de 600 edições do periódico e, também, cobrir os custos de produção de R\$ 5.840 por mês, que não estão sendo mais amparados pelas vendas dos jornais, que variam abaixo de 1,1 mil exemplares de uma tiragem de 2.000 exemplares.

Esse fato oferece a reflexão sobre a inserção das mídias independentes no mundo digital. O exemplo do Jornal Pessoal, demonstra a talvez necessária inserção de mídias alternativas e analógicas dentro da web, por meio dos diversos canais, portais e redes sociais disponíveis. Essa afirmação, é embasada na questão apontada por Moraes (2007) sobre a *world wide web* ser uma esfera descentralizada, ainda em gestação, e onde a informação é livre e compartilhada socialmente.

A World Wide Web situa-se no vértice de um emaranhado de circuitos infoeletrônicos que conectam o global e o local em um tempo-espaço não-linear e instantâneo. Seus nós alastram-se por praticamente todos os campos da vida social, impulsionada pela convergência com tecnologias móveis, pela expansão da banda larga, por interconexões

com mídias digitais e pelas ferramentas do software livre (Castells, 2007: 246). A Web afigura-se como esfera pública em gestação, sem hierarquias ou comandos aparentes, pontuada por diversos anseios e ambições. (MORAES, 2007, p.2)

O segundo apontamento faz referência à questão ideológica de Lúcio em fazer a escolha de carregar em si todas as funções da redação de um jornal, como por exemplo: pauteiro, repórter, editor, diagramador, revisor e distribuidor do Jornal Pessoal, ou seja, todas as ações que necessitam de uma equipe de especialistas para produzir e desenvolver a informação. De acordo com Ribeiro (2000), a evolução do jornalismo na sociedade ocidental fez com que determinadas normas fossem formalizadas em manuais de redação e adotadas pelas mídias de massa como um código de leis que legitimava o produto jornalístico como informação factual, a padronização dos textos eliminou o caráter opinativo/literário que os jornais tinham no início do século passado.

A centralização do trabalho jornalístico nas mãos de Lúcio Flavio Pinto cria um produto informativo carregado de elementos que transitam entre a apuração, a investigação jornalística e a opinião crítica do jornalista. Oferecendo, dessa maneira, um produto midiático denso que carrega uma *história não-oficial* que assume posicionamentos críticos sobre as estruturas políticas, econômicas, culturais e sociais que configuram a sociedade no qual está inserido. Após essa afirmação, é necessário pontuar o debate sobre o que chamamos de *história oficial* quando afirmamos algo sobre a trajetória da humanidade dentro do planeta, pois é fato que essa história é registrada e divulgada pelos meios de comunicação a partir de um grupo social, é preciso lembrar que nem todas as camadas sociais estão inseridas nesse discurso ao longo dos séculos, como comenta Ribeiro (2003) ao postular a existência de duas formas de estruturação da memória coletiva, dividida em uma memória oficial ligada aos grupos sociais dominantes e outro que se opõe a esse quadro denominada memória não-oficial conectada a camadas sociais ignoradas pela visão dominante.

Sabemos, entretanto, que nenhum registro é ingênuo ou descomprometido. Nenhum registro apenas registra. Todo ele pressupõe o trabalho da linguagem, pressupõe uma tomada de posição dos sujeitos sociais. Todo registro é discurso e possui, assim, um mecanismo ideológico próprio, uma forma de funcionamento particular. Entender esse funcionamento, conhecer as operações discursivas através das quais o jornalismo atribui sentido aos fatos da atualidade é essencial para dar conta de como os meios de comunicação produzem uma ideia de história e como, no mesmo processo,

constroem-se e legitimam-se como lugar social. (RIBEIRO, 2003, p. 31, 37 e 38)

Segundo Gramsci (1968) os meios de comunicação de massa, por produzirem uma ideologia de cunho dominante, como normas e valores que tem função hegemônica, possuem na sua estrutura e ordem sociais orientações para legitimar os interesses e representatividades políticas, econômicas e culturais da classe dominante. Nesse sentido, podemos afirmar que o Jornal Pessoal é uma publicação alternativa e independente contra-hegemônica, pois reproduz informações que não estão na pauta da grande mídia de massa local, nacional ou global fazendo uso do recurso da metalinguagem dentro do produto jornalístico, colocando a própria prática jornalística como objeto passível de análise e crítica.

“Ao aceitarem as interpretações oficiais dos acontecimentos, ao centrarem-se nas fontes de poder que se concentram nos círculos das elites dominantes e ao marginalizarem ou secundarizarem, deslegitimizando, as vozes alternativas ou as dos cidadãos sem grande poder, os meios de comunicação serviriam uma hegemonia que não necessitaria de recorrer à coerção. As notícias teriam as marcas dessa hegemonia” (SOUSA, 2002, p.76)

Aqui é importante ressaltar que Lúcio Flavio Pinto, desde outubro de 1992, responde a 34 processos judiciais (sendo que quatro deles ainda estão em curso) que tentam censurar o seu trabalho independente como jornalista, mas apesar de todos esses problemas na Justiça Brasileira ele foi condenado em duas ações penais privadas com base na Lei da Imprensa de 1967, mas recorreu e permanece como réu primário.

O único momento em que foi condenado e pagou uma indenização, arrecadada por meio de mobilização social dos seus leitores e simpatizantes através de um crowdfunding na internet nos anos 2000, foi por meio do processo movido pelo empresário e grileiro Cecílio do Rego Almeida após o jornalista ter o adjetivado como “pirata fundiário” em uma das edições do Jornal Pessoal, mesmo que depois tenha sido comprovado as suas grilagens pela Justiça. Entre algumas das pessoas que o processam estão alguns políticos como Edmilson Rodrigues, empresários como Francisco Joaquim Fonseca, do grupo Jonasa, Jair Bernadino de Souza, dono da empresa Belauto; os donos do conglomerado midiático das Organizações Rômulo Maiorana e membros do judiciário como os desembargadores Wandeir dos Reis, João Alberto Paiva e Maria do Céu Cabral Duarte.

Até hoje além de tantas ações penais na sua direção também coleciona agressões físicas e ameaças de morte. Nenhuma das pessoas citadas pelo jornalista em suas matérias ou reportagens nunca utilizaram do seu direito de resposta, sempre aberto dentro dos espaços do seu jornal alternativo e independente. Segundo Lúcio (2005), toda a guerra judicial é noticiada pelo Jornal Pessoal, ele comenta que faz isso para tentar evitar que a Justiça se transforme em instrumento de intimidação com o objetivo de silenciar a voz do seu jornal crítico, alternativo e independente, assim como, também, uma afirmação da marca impressa em todos essas décadas de jornalismo por meio da resistência em não admitir a condição/olhar colonial sobre a Amazônia.

[...]a grave crise econômica que o Brasil enfrenta é menos desafiadora do que a dificuldade para criar uma estrutura jurídico-política adequada. A sociedade política tem sido um fator de complicação, tanto porque defende apenas os seus parceiros de empreendimento eleitoral e de manutenção do exercício do poder como pela cultura da corrupção, que a torna parasitária. A elite não tem um projeto nacional. Tem interesses. Por esses fatores subjetivos intrincados, desatar os nós objetivos e concretos da engrenagem produtiva se torna cada vez mais difícil. O que se pode prever, nesse circuito viciado, é mais explosão social e incerteza política. (PINTO, 2017, entrevista concedida por e-mail para essa pesquisa)

Depois de análises sobre as características do metajornalismo propostos por Madalena (2007), é possível perceber que as práticas metajornalísticas estão presentes no trabalho do jornalista Lúcio Flavio Pinto nas publicações do Jornal Pessoal - como demonstrado na reportagem sobre o crime político do assassinato de Paulo Fonteles analisada nessa pesquisa - que propõe uma abordagem crítica do cenário da imprensa nacional por meio de críticas e análises éticas sobre a parcialidade dos grandes meios de comunicação de massa que são mantidos por grandes injeções de capital privado para, assim, estender e aprofundar a informação para o público, fornecendo dessa forma um canal midiático alternativo para que o cidadão possa debater/opinar/criar seu próprio pensamento crítico sobre os fatos de relevância pública.

O trabalho jornalístico exercido pelo paraense Lúcio Flavio Pinto é pautado nos fatos de maior relevância para o interesse público e que não recebem a devida e necessária atenção das mídias de massa e funciona como ferramenta de indagação sobre a cobertura da grande imprensa tradicional e comercial, assim como, também, conforme SOUSA (2002) como elemento de debate sobre a concepção de verdade dentro do jornalismo por

meio de um processo extenso e dedicado de investigação e apuração jornalística, para atingir a convergência imparcial entre opinião crítica e objetividade jornalística para assim gestar a informação dentro dos processos de apuração, produção e divulgação da notícia.

Um jornal pode ou não fazer essas análises, trazendo para dentro de si a sociedade. Assumindo tal função se enriquece, adquire densidade social e legitimidade. Indescartável, no entanto, é sua missão apurar os fatos relevantes, as questões controversas, os pontos obscuros e transformar essas informações em patrimônio de todos. [...] Um jornalista que agride os fatos – silenciando sobre eles, descaracterizando-os, manipulando-os, condena-se à morte (JORNAL PESSOAL nº47, pg. 5, 1989)

A terceira observação é sobre o fato de sempre haver no conteúdo do Jornal Pessoal, matérias ou reportagens que no meio do texto fazem referências à ausência ou cobertura superficial da grande mídia impressa sobre fatos e acontecimentos de relevância pública. Tece comentários referentes ao trabalho jornalístico realizado pelos principais jornais comerciais do Pará, que são: O Liberal, Diário do Pará e A Província do Pará (deixou de circular em 2001, mas existiu por 125 anos). Criticando a maneira como foi feita a cobertura jornalística de pautas ácidas ou a omissão nos seus conteúdos jornalísticos sobre os conflitos no interior da Amazônia sobre terras, grandes projetos federais, demarcações indígenas, recursos naturais, desmatamento, tráfico de drogas, animais e pessoas, grilagem, questões políticas e econômicas, ou seja, temáticas que normalmente são deixados de lado pela grande imprensa impressa de massa e tradicional.

A quarta observação é sobre a questão metajornalística impressa pelo jornalista Lúcio Flavio Pinto ao fazer referência a coberturas jornalísticas anteriormente publicadas no Jornal Pessoal como é o caso de texto publicado na 47ª edição⁶, ao fazer isso ele coloca o seu próprio discurso como linguagem-objeto passível de crítica e de desdobramentos, mas sempre fazendo da sua missão a busca pela verdade e objetividade jornalísticas sempre conectadas a pautas que fazem alusão ao interesse público.

O Jornal Pessoal surgiu e mantém-se há dois anos fiel ao compromisso de enfrentar os fatos que interessam à sociedade [...] Pequeno, de tiragem limitada, com a mais anêmica das infra-estruturas de apoio, não há impropriedade semântica quando se declara que este é um jornal do

⁶acessar o Anexo IV

leitor, comprometido exclusivamente com ele, sem anunciantes, protegidos, parceiros ou inspiradores [...] O JP contraria interesses poderosos [...] para cumprir sua missão. Tiros podem resvalar, mas o que interessa é o objetivo de cumprir de acordo com os métodos éticos que consideramos indissociáveis dos resultados [...] O Jornal Pessoal sobrevive há dois anos na corda bamba, desafiando a física financeira e a tolerância dos poderosos [...] A intensividade é um traço da experiência que prezamos muito mais que a extensividade. Não pretendemos ser longevos [...] Não é a sobrevivência que buscamos acima de tudo. Se fosse assim seríamos mais táticos, mais políticos. Um dos princípios básicos da sobrevivência é não brigar com todos os poderosos [...] O Jornal Pessoal, procurando o fato real, não escolhe suas circunstâncias, não seleciona os seus temas de acordo com conveniências do momento, nem restringe sua apuração ao que é sancionado ou esperável, minimizando assim seus riscos. Não: ele mergulha plenamente na voragem da investigação dos fatos, quer apurar a verdade limitado apenas pela sua própria capacidade pessoal. Se não vai além é porque não consegue, não é capaz, mas não porque não quer [...] É com certo desalento que verificamos a singularidade de experiências como a do Jornal Pessoal [...]Entretanto, se é assim, que assim seja: O Jornal Pessoal começa o seu terceiro ano de vida com o mesmo ânimo que o fez aparecer em setembro de 1987, combatendo a morte e louvando a vida [...] Só se vence a morte com inteligência. E as pessoas são mais inteligentes quando exercitam seu raciocínio operativo sobre os fatos reais – e não sobre mitos. Se em dois anos o Jornal Pessoal ajudou a combater algumas das fantasmagorias que infernizam a Amazônia, estará recompensado. (JORNAL PESSOAL, nº47, pg. 5-6, 1989)

O último apontamento sobre o conteúdo produzido pelo jornalista Lúcio Flavio Pinto para o seu periódico independente é sobre o fato haver, na composição textual e ideológica do jornal, uso de mecanismos de metalinguagem para defender o direito à liberdade de expressão e à informação, pois o jornalista afirma que é um princípio universal ético e deve ser valorizado e mantido por todos os indivíduos, instituições e mídias. Nas edições 137^a de 1996⁷, o exemplar 196^a de 1998⁸ e o número 219^a de 1999⁹ são uma síntese da prática metajornalística exercida no Jornal Pessoal durante a sua

⁷conferir Anexo V

⁸examinar Anexo VI

⁹analisar Anexo VII

trajetória ligada aos princípios éticos do jornalismo e da liberdade de imprensa no cenário midiático brasileiro.

Quem escreve carta à grande imprensa e não a vê publicada está criando um novo escaninho para sua correspondência: o Jornal Pessoal. Nesta edição publico duas cartas de leitores que não conseguiram fazer ouvir sua voz na seção a eles destinada em O Liberal. Acolher essas cartas não significa atizar hostilidades contra a folha dos Maiorana. Muito pelo contrário: o objetivo é confrontá-los coma função pública que sua empresa tem, eles queiram ou não reconhecer essa obrigação. Alerta que se destina não só aos Maiorana, mas todos os que, detendo um veículo de comunicação social, julgam-se por extensão donos da opinião pública. (JORNAL PESSOAL, nº219, pg.7, 1999)

Nesse contexto, o jornalista Lúcio Flavio Pinto, na trajetória do seu trabalho com o Jornal Pessoal, demonstra a perspectiva de duas vias para o exercício do metajornalismo que seriam a capacidade de os jornais impressos acolherem a crítica dos seus leitores sem nenhuma edição e, também, a possibilidade de os jornalistas realizarem suas críticas sobre a cobertura jornalística dos colegas de profissão e de outros veículos comunicacionais de massa com relação a forma como as notícias são produzidas e divulgadas conforme a relevância dos fatos para o interesse público da sociedade.

5 - Considerações finais

A natureza metajornalística do Jornal Pessoal configura o periódico alternativo do jornalista e sociólogo Lúcio Flavio Pinto como uma mídia radical alternativa e independente, pois assume na sua arquitetura e nos seus conteúdos características que o colocam numa posição contra-hegemônica, considerando-se as práticas do Jornal Pessoal no exercício da construção da informação frente ao paradigma que vem sendo desenvolvido pela imprensa tradicional é de oposição e fiscalização do que vem sendo publicado pelos *mass media*.

Lúcio Flavio Pinto orienta o seu trabalho por meio de perspectivas do metajornalismo quando expõe ao leitor o *modus operandi* do jornalismo amazônico e posiciona suas críticas sobre a cobertura jornalística realizada pelos jornais impressos do Estado do Pará, lembrando aos cidadãos a necessidade do compromisso histórico com o interesse público que uma mídia jornalística tem com a sociedade.

O uso do conceito de metajornalismo dentro do Jornal Pessoal é um método que busca analisar o trabalho jornalístico realizado pela imprensa geral colocando ele como

linguagem-objeto, assim como, também, não se permite esquecer de divulgar as grandes questões dos conflitos amazônicos, funcionando, dessa maneira, como uma plataforma que oferece para o eleitor mais elementos para a construção de um pensamento crítico sobre os conflitos dos interesses privados e públicos sobre questões políticas, econômicas e agrárias que acontecem diariamente no interior da Amazônia, sem se preocupar com as amarras editoriais dos anunciantes ou investidores privados que enrijecem as redações das jornais de massa por todo o território nacional.

Nesse sentido, percebe-se que, mesmo o Jornal Pessoal de Lúcio Flavio Pinto estar distante dos grandes centros de informação, ele não está distante dos interesses públicos da sociedade brasileira, mesmo quando as informações publicadas ali ficavam restritas a uma plataforma analógica por meio de uma publicação impressa em papel. Entretanto, para somar ao trabalho que o jornalista paraense vem realizando a três décadas encontra-se movimentos de convergência do conteúdo produzido pelo jornalista para o Jornal Pessoal dentro da internet por meio de blogs e redes sociais, possibilitando, dessa maneira, uma extensão do trabalho realizado no jornal independente e uma troca mais direta e ativa com os seus leitores, além de, maior dinamismo e possibilidades de pesquisa do material.

O metajornalismo exercido por Lúcio Flavio Pinto nas páginas do Jornal Pessoal na cidade de Belém desnuda um dizer e um fazer jornalístico que possibilita ao indivíduo entender porquê uma notícia existe da forma como ela existe e, assim, possibilitar que o leitor possa desenvolver seu próprio olhar crítico sobre a realidade na qual está inserido, sem as manipulações ideológicas que um jornal da grande mídia de massa possui, e por fim demonstrando que é possível realizar um trabalho de mídia independente que seja legitimado socialmente e que sobreviva às transformações do tempo e da sociedade, sempre comprometido com os princípios éticos do jornalismo.

Olhar para a crise do jornalismo brasileiro e encontrar esse trabalho jornalístico/investigativo do jornalista e sociólogo paraense Lúcio Flavio Pinto por meio do Jornal Pessoal nos últimos 30 anos demonstra que há alternativas e possibilidades de realizar um paradigma jornalístico independente pautado na informação social, colocando os interesses de relevância pública para a sociedade acima de qualquer interesse econômico ou político da esfera privada. Após essa reflexão, fica o questionamento sobre quem vai assumir o *front* da informação e lutar pelos interesses do povo fiscalizando as mídias, o governo e as empresas privadas e os *mass media*. A julgar que o jornalista

paraense lutou sozinho para a desconstrução da imagem exótica sobre a Amazônia por meio da investigação e apuração jornalística e fiscalização e crítica sobre a imprensa de massa para, dessa forma, mostrar que no interior dos espaços Amazônicos também coexistem com as belezas e recursos naturais, problemas sociais, conflitos de terra, políticos e econômicos que podem destruir o que esse espaço ainda tem para oferecer ao país.

6 - Referências Bibliográficas

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. São Paulo: Moderna, 2001

CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970

CANCLINI, Nestor Garcia. **Cultura transnacional y culturas populares**. Lima, IPAL, 1988

DOWNING, John. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização, 1968.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da notícia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986

MADALENA DA COSTA OLIVEIRA, Maria. **Metajornalismo....Ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso**. Tese de Doutorado. Universidade do Minho, 2007.

MESQUITA, Mário. **Metajornalismo ou auto-regulação informal?** Revista Jornalismo & Jornalistas, nº 7 – Julho/Setembro, 2001.

MORAES, Dênis de. **Comunicação Alternativa, Redes Virtuais e Ativismo: Avanços e Dilemas**. In Revista de Economía Política de Economía Política de las Tecnologías de la información y Comunicación, vol. IX, Nº 2, mayo-ago. 2007.

O LIBERAL, Jornal. **Caderno de Política e Polícia**. 12 de junho de 1987. Belém-Pará.

PERUZZO, Cicília M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

PINTO, Lúcio Flavio. **Entrevista por e-mail para essa pesquisa**. Abril, 2017.

PINTO, Lúcio Flavio. **Guerra Amazônica. O jornalismo na linha de tiro (de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc. & Cia)**. Vol.I Edição Especial Jornal Pessoal, 2005, Belém-Pará.

PINTO, Lúcio Flavio. **Jornal Pessoal 01ª: Um crime bem planejado, exemplar**, setembro de 1987, Belém-Pará.

_____. **Jornal Pessoal 47ª: Tudo só pra eles?**, setembro de 1989, Belém-Pará.

_____. **Jornal Pessoal 137ª: Liberdade tutelada**, abril de 1996, Belém-Pará.

_____. **Jornal Pessoal 196ª: Mecenato a moda do chefe**, outubro de 1998, Belém-Pará.

_____. **Jornal Pessoal 219ª: Liberdade de imprensa: a serviço da sociedade**, setembro de 1999, Belém-Pará.

PRADO, José Luiz Aidar (Org). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002;

RIBEIRO, Ana Paula G. **Mídia e lugar da história**. Revista Lugar Comum exemplar 11ª. Universidade Nômade Brasil, 2000.

_____. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. Estudos Históricos, exemplar 31ª. Rio de Janeiro, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Florianópolis: Argos, 2002.

TUCHMAN, Gaye. **Making News. A Study in the Construction of Reality**. New York: The Free Press, 1978.

www.icbsena.com.br

www.ifstone.org

www.Lúcioflaviopinto.wordpress.com

www.portalimprensa.com.br

www.portal.comunique-se.com.br

7 – Anexos

Anexo I - jornal O Liberal de 12 de junho de 1987 (capa, caderno de Política pg. 07/08 e o caderno Polícia pg. 15/16)

POLÍTICA O LIBERAL

O vasto faroeste amazônico

Lucio Flávio Pinto

Com alvito chegavam a Belém depois de uma incursão pelo sul do Estado. Era como se retornassem ao mundo contemporâneo, com suas garantias mínimas e cidadania. A diferença entre os dois mundos era marcada pelo total desprezo à vida que prevalece nas assim chamadas frentes pioneiras, na rota das estradas. Por lá, qualquer trinta metros acionam o revólver de um patoleiro. Na capital, a violência não chegava a esse grau de arbitrio. Não chegava até algum tempo atrás. O assassinato, brutal mas fragmentado, calculado, do ex-deputado Paulo Fontelles demonstrou, mais uma vez, mesmo aos mais reuentes céticos, que em matéria de violência já não há mais margem para o desenvolvimento e a urbanização. Não chegava até algum tempo atrás. O assassinato, brutal mas fragmentado, calculado, do ex-deputado Paulo Fontelles demonstrou, mais uma vez, mesmo aos mais reuentes céticos, que em matéria de violência já não há mais margem para o desenvolvimento e a urbanização.

Antes de Santana citar sua inquietante estatística, o novo ministro do Interior havia montado seu "Projeto Amazônia", topônimo variado sobre o mesmo tema formal. Uma base do projeto é justamente a intensa migração, ainda que tombada em nome da "proteção ambiental", para as áreas de fronteira. Mas os adoradores do bezerro de ouro seculares interpretam esses números como prova dos nove do mítico crescimento econômico.

Para os assassinos de Paulo Fontelles, o assassinato de Paulo Fontelles não deve ser apenas uma questão de honra para o governo e de princípio para a sociedade, mas uma política ação pública. Se assim será possível prevenir seu mesmo crime. Apesar do reconhecimento que se prevê para este episódio. O assassinato de Paulo Fontelles não deve ser apenas uma questão de honra para o governo e de princípio para a sociedade, mas uma política ação pública. Se assim será possível prevenir seu mesmo crime. Apesar do reconhecimento que se prevê para este episódio.

Para Hélio, selvageria e brutalidade



Uma pequena multidão lotou o hall de entrada do Palácio Cabanagem

Desmaiou, choro e muita revolta marcaram a chegada do corpo do ex-deputado estadual Paulo Fontelles à Assembleia Legislativa, às 17h00 de ontem. Dezenas de políticos, sindicalistas e estudantes comprimiam-se no hall da AL, onde o corpo permaneceu sepultado por toda a noite, numa vigília promovida pelo Partido Comunista do Brasil, ao qual era filiado. Foi a UDR (União Democrática Ruralista) quem mandou matar o meu irmão — afirmou, a assistente social Adelaide Fontelles. Como ela, pensava toda a sua família.

Foi longa a espera pela liberação de seu corpo, no Instituto Médico Legal durante quase cinco horas, das 12h30 às 17h00, devido à saída de uma de alumnas em que foi colocado. No caso, coberto pela bandeira do Partido Comunista do Brasil, apenas um visor, de onde se podia ver a cabeça entalada. Seu enterro, hoje, às 18h00, no cemitério de Santa Izabel, será acompanhado por uma procissão de protesto contra a violência no campo e pela reforma agrária imediata. E será precedido de uma manifestação, às 16h00, na AL, com a participação de dirigentes nacionais do PC do B.

"Ele era um companheiro leal e amigo fiel e desinteressado, que trabalhou conosco nas eleições de 82 e 86, sem nunca exigir nada" — disse o governador Hélio Guaitero, na Assembleia, após prestar suas condolências à família do ex-deputado. Guaitero conversou por alguns minutos com a mãe de Fontelles, Carlolina, de 69 anos, que estava sentada em frente ao caixão. Ao governador ele disse esperar "que o trabalho de meu filho frutifique, se Deus quiser". A imprensa, Guaitero afirmou que a polícia "usará toda a inteligência possível" para chegar aos autores e mandantes do crime que ele tem certeza, foi premeditado.

Os cerca de 15 minutos em que o governador permaneceu no interior da AL, foram marcados por gritos de protesto das pessoas que ali se encontravam. Alguns a UDR, reforma agrária 2ª e "quem cala consente" foram alguns dos slogans gritados pelos manifestantes. Os líderes de Fontelles serão deputados pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em 1990, se o partido de Fontelles não for derrotado. Fontelles foi eleito deputado estadual em 1982, em substituição ao falecido deputado estadual José Aguiar, que ficou ferido de chegar na noite de ontem a Belém.

A partir de hoje, também, diversas entidades civis de todo o Brasil, em conjunto com o PC do B, realizarão uma série de manifestações de protesto pelo assassinato de Fontelles. Em Fortaleza no Ceará, haverá um ato público, hoje, às 18h00. Protestos serão realizados também em Miami (Flórida), na próxima quarta-feira, e no Rio de Janeiro, no sábado que vem, pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Hoje, ficou de chegar a Belém uma caravana de sindicalistas de Marabá e de 8h00, de central única e o comando geral dos trabalhadores reúnem-se na AL, para elaborar uma nota conjunta em repúdio ao assassinato.

Tristeza e revolta marcaram a chegada do corpo ao prédio da Assembleia

MORREU UM HOMEM (Homemagem a Paulo Fontelles)

Sabiam vocês que ainda existem homens? Poucos, eu sei. Mas, existem. Os que não acham que ser honesto é uma qualidade, e sim, uma razão de ser, sem a qual é impossível viver. Ainda existe o idealista, o herói, o que sacrifica a própria vida por um ideal. Ainda existe o puro, o sem málica, um ser burro. Ainda existe o homem brilhante, cuja inteligência ilumina a todos de coração e mente aberta e incomoda com sua rapidez, grandza, transparência e assertividade o todos os seres mesquinhos. Ainda existe o homem que não se preocupa se Deus existe, e sim, se o seu próximo existe e vive em liberdade de ajudá-lo. Ainda existe o homem valente, o que não dá em covardes. O homem de Kipling existe! O problema é que são muito poucos. E, ainda os matam.

É quase como o abominável-homem-das-neves. Mas, ele vai deixando suas marcas. SÉRGIO MENDONÇA

Seja inequívoco, use MITHUS. D. Romário de Sousa, 1905. Tel: 225-1811. Piso Superior da Pacatuz.

Semente de Guaraná da Amazônia. Tudo o que você precisa para enfrentar a sua selva.

Você já conhece as qualidades do guaraná como estimulante do desempenho físico e mental. O problema é que de tanto o guaraná ser adulterado, ficou difícil confiar nos produtos que existem por aí. Felizmente esse problema acabou... Agora você já tem a própria semente do guaraná da Amazônia. Sementes selecionadas, colhidas na região de Maúes, onde essa tribo habitava, e torradas por processo indígena. Você pode tomá-las deixando dissolver na boca, ou, se quiser, você mesmo pode moê-las para tomar o guaraná em pó, sabendo que é guaraná de verdade. Semente de Guaraná da Amazônia — força vital da natureza.



Processo indígena. A venda em farmácias, drogarias e lojas de produtos naturais.

Assinatura trimestral: Cr\$ 1.031,00. ANO XLI. Belém, Pará, Brasil, sexta-feira, 12 de junho de 1987. N° 22.402. Preço do Exemplar: Cr\$ 12,00.

Para Fontelles morto a tiros

Depois de várias ameaças sofridas ao longo de sua carreira política, o ex-deputado Paulo Fontelles foi assassinado, ontem pela manhã, com três tiros disparados à queima-capa por um dos dois homens que desembarcaram de uma Fusca cinza. O atentado ocorreu no posto de gasolina Marechal, a localizaçao no Km 6 da Rodovia BR-316, em Ananindeua.

Um novo modelo presi-

Sarney quer 1º ministro já em 88. Um novo modelo presi-

Crime repercutiu na Constituinte, ontem

A morte do ex-deputado Paulo Fontelles teve repercussão também no Congresso Constituinte, com a manifestação de deputados de diversos partidos, em repúdio ao assassinato. Em belieo entrou a família do advogado, a vice-presidente do PT no Congresso, José Genesio, destacou que Fontelles sempre lutou em defesa dos interesses dos trabalhadores, recordando que em função disso ele foi preso em um político no início dos anos setenta, enquanto como advogado de posseiros, não hesitava em defender os interesses deles. Genesio classificou o crime como "um assassinato rotundo" que vem aumentando a escalada de crimes estimulada pela impunidade aos assassinos e mandantes. Em nome do PT, ele exigiu do governo completa apuração e punição dos responsáveis, acrescentando que "uma nação civilizada não pode aceitar que essa guerra desigual continue fazendo tantas vítimas". Fez e mais esse assassinato, prosseguiu ainda o vice-líder do PT, o "Partido dos Trabalhadores, a partir de agora, estará em vigilância permanente até que os culpados por este crime sejam punidos". Foi em que a Constituinte se prepara para votar a quando da reforma agrária, "constitui-se em pressão terrorista sobre os constituintes". O deputado Ademir Andrade, do PMDB também falou sobre Fontelles na tribuna da Constituinte. Muita emoção, de lembrança a amizade pessoal que os dois mantinham e as lutas que empreenderam juntos em favor da reforma agrária. Em tom enfático, Ademir acusou o presidente Sarney pelo morte de Fontelles, cobrando uma atitude mais firme do governo para punir os mandantes e assassinos de crimes cometidos contra lideranças rurais, advogados e padres. Ele lembrou outros assassinatos e alertou para as ameaças que continuam a ser feitas contra a sua própria vida e a do deputado federal Benedito Monteiro, também do PMDB.

Assinatura trimestral: Cr\$ 1.031,00. ANO XLI. Belém, Pará, Brasil, sexta-feira, 12 de junho de 1987. N° 22.402. Preço do Exemplar: Cr\$ 12,00.

Lucidéa Maiorana Diretor-Presidente

Telexes: (091) 1026 e 1825. Telefone: 222.3000-PARX. Classificados: Telefone: 222.0133. Assinaturas: Telefone: 222.7000. Rua Gaspar Viana, 253.

JORNAL DA AMAZÔNIA SISTEMA ROMULO MAIORANA DE COMUNICAÇÃO

Uma dupla reabilitação

Depois de ter sido reabilitado pelo Governo soviético, que ate o final deste ano publicará o seu romance "Doutor Jivago", o escritor Boris Pasternak também será reabilitado pelo filho. Eugênio Pasternak pretende escrever uma biografia mostrando seu pai como um homem que lutou contra os excessos de Stalin. Pág. 20.

Assinatura trimestral: Cr\$ 1.031,00. ANO XLI. Belém, Pará, Brasil, sexta-feira, 12 de junho de 1987. N° 22.402. Preço do Exemplar: Cr\$ 12,00.

Sarney quer 1º ministro já em 88

Um novo modelo presi-

Depois de várias ameaças sofridas ao longo de sua carreira política, o ex-deputado Paulo Fontelles foi assassinado, ontem pela manhã, com três tiros disparados à queima-capa por um dos dois homens que desembarcaram de uma Fusca cinza. O atentado ocorreu no posto de gasolina Marechal, a localizaçao no Km 6 da Rodovia BR-316, em Ananindeua.

Um novo modelo presi-

Sarney quer 1º ministro já em 88. Um novo modelo presi-

Assinatura trimestral: Cr\$ 1.031,00. ANO XLI. Belém, Pará, Brasil, sexta-feira, 12 de junho de 1987. N° 22.402. Preço do Exemplar: Cr\$ 12,00.

Para Fontelles morto a tiros

Depois de várias ameaças sofridas ao longo de sua carreira política, o ex-deputado Paulo Fontelles foi assassinado, ontem pela manhã, com três tiros disparados à queima-capa por um dos dois homens que desembarcaram de uma Fusca cinza. O atentado ocorreu no posto de gasolina Marechal, a localizaçao no Km 6 da Rodovia BR-316, em Ananindeua.

Assinatura trimestral: Cr\$ 1.031,00. ANO XLI. Belém, Pará, Brasil, sexta-feira, 12 de junho de 1987. N° 22.402. Preço do Exemplar: Cr\$ 12,00.



Os tiros foram dados à queima-roupa. Paulo Fontelles foi apunhalado de surpresa.

Os projéteis atingiram o ex-deputado no ouvido. O motorista não viu os assassinos

FONTELLES MORTO A TIROS NO ATENTADO

Depois de dez anos de ameaças, o final

Há cerca de 15 dias, o médico Antônio Fontelles recebeu um aviso de uma de suas clientes: fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR) haviam contratado, por 240 mil, um pistoleiro conhecido como "Itamarzinho", para "apagar" seu irmão, o advogado e ex-deputado estadual Paulo Fontelles. "O Antônio chegou a falar da ameaça para um major do Palácio do Governo" — contava, ontem, à imprensa, outro irmão de Fontelles, Ronaldo, que também é médico.

Essa, porém, não foi a primeira ameaça recebida pelo ex-deputado em sua longa trajetória política. "Ele vivia ameaçado de morte há mais de uma década" — afirma o presidente regional do Partido Comunista do Brasil, Neuton Miranda, que acusa a UDR "de o latifundiário" como responsável pelo assassinato de Fontelles, "que era o mais ardente defensor da reforma agrária no Pará".

Neuton recorda que, há dois anos, o ex-deputado teve seu nome incluído em uma "lista negra" de fazendeiros do Estado, hoje ligados à UDR, na qual figuravam, também, os sindicalistas João Caruto, de Rio Maria, e Benedito Alves, de Tomé-Açu, ambos assassinados por pistoleiros. Na lista, também o deputado João Batista, do PMDB, que diz ter sofrido vários atentados, além de ter sua casa constantemente rondada por pistoleiros.

Há cerca de duas semanas, lembra, ainda, Neuton Miranda, Fontelles e o PC do B foram avisados por sindicalistas de Xinguara de que "latifundiários e grileiros do Sul do Pará" estavam tramando contra a vida do ex-deputado. Em Xinguara, afirma, o clima de tensão atingiu seu ponto máximo: sindicalistas estão abandonando suas casas, refugiando-se em outras cidades, para não serem assassinados.

"Nós não temos mais condições de permanecer na cidade, porque estamos sendo atacados por pistoleiros, que estão cercando a sede do sindicato" — afirma o tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara, José Gonçalves Peba, que chegou ontem a Belém, dirigindo-se direto à Secretaria de

Segurança Pública, para pedir garantias de vida. "Eu não dou conta de lembrar todos os assassinatos que ocorreram em Xinguara, do ano passado para cá" — acrescentou.

José acusa "os bandidos de Mané de Sá" e um fazendeiro de nome Vitória, de Redenção, de serem os autores das mortes. E conta que seu colega de sindicato, Hermínio, que fugiu esta semana para Brasília, quase foi morto por pistoleiros, em sua casa, na quarta-feira da semana passada. Lembra ter presenciado, antontem, em Xinguara, uma conversa entre dois homens que diziam que Fontelles não poderia ser candidato a prefeito da cidade "porque tinha era que morrer". E que, há cerca de 15 dias, um fazendeiro conhecido como "Nene Simão", também de Xinguara, ameaçou frontalmente Fontelles, chegando a segurá-lo violentamente as mãos.

"A gente já esperava que ele (Fontelles) morresse a qualquer hora" — resigna-se José. "A polícia tem conhecimento dos mandantes dos assassinatos e dá cobertura para esses assassinos" — acusa Neuton Miranda, que ontem lamentava não ter dado atenção às recentes ameaças contra Fontelles, "porque já eram rotina" e apontava os governos estadual e federal como coniventes, "porque cabe a eles a punição dos criminosos, o que não acontece".

"Quem matou o Paulo, foram os mesmo que assassinaram o Benedito e o Caruto" — gritava, ontem, Neuton Miranda, o deputado estadual João Batista, tentando articular uma manifestação de protesto para a próxima terça-feira, em frente ao Palácio Lauro Sodré. Nos próximos dias, disse Neuton Miranda, o STB de Xinguara apresentará às autoridades do Estado uma lista com os nomes dos possíveis mandantes do assassinato de Fontelles e "os promotores de toda a violência no Pará".

A se concretizar, essa lista será muito extensa: segundo o secretário regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Hermínio Treccani, só no ano passado foram assassinados 71 trabalhadores rurais, apenas no Estado do Pará — no Brasil, eles foram 300. Chocado, ele denunciava, ontem, a existência de diversas "listas negras", incluindo mais de 15 lideranças sindicais, "além de dezenas de trabalhadores". Marcados para morrer estão, segundo Treccani, os padres Nei Miraf, de Xinguara, Ricardo Bezende, da CPT de Conceição do Araguaia, e Sérgio Toneto, do Moju, o advogado José Machado, da CPT de Conceição do Araguaia, e os sindicalistas de nome Felipe e Adomir, também de Conceição, Raimundo Avelino, do Moju, e Hamilton Ramos, de Tomé-açu.

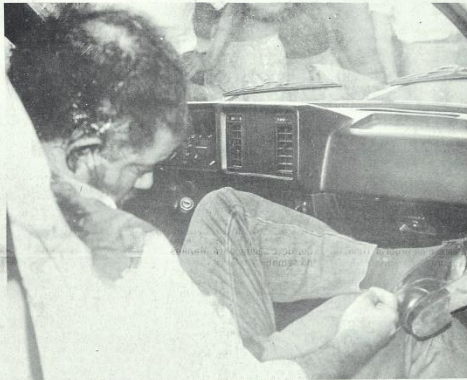
"Duas vezes eu senti a morte de meu irmão — contou à imprensa o médico Ronaldo Fontelles — a primeira foi quando eu o visitei no PIC, em Brasília, um departamento do Exército e eu pensei que ele não fosse sair vivo de lá, pelo sarcasmo dos torturadores dele, entre os quais o major Otton de Hugo Monteiro, que me disse que o Paulo estava sendo torturado porque não queria confessar. A segunda foi hoje (ontem). E todos nós sabemos que a ordem para matá-lo partiu da UDR, essa coisa que nasceu para isso mesmo".

10:40hs. A peruca Cheve-500, placa BB-772, ocupada apenas pelo motorista e pelo ex-deputado Paulo Fontelles, estaciona no posto de gasolina Marechal 4, localizado no Km 6 da rodovia BR-316, próximo à estrada do Pato Macho, em Ananindeua. Apenas o motorista desembarca. Pede para completar o tanque e afasta-se para apunhar água para o carburador do carro. Nesse instante, um Fusca cinza, ocupado por dois homens, estaciona ao lado do carro de Fontelles. Um deles salta de revolver em punho e dispara três tiros à queima-roupa no ouvido direito do ex-deputado.

Paulo César Fontelles de Lima, 42 anos, estava morto. "As ameaças que sofrera enquanto parlamentar e advogado de sindicatos de trabalhadores rurais no sul do Pará se concretizaram", disseram depois companheiros de Fontelles, líder regional do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Paulo Fontelles se dirigia ao município de Capangama, para resolver um problema de terra.

Com o estampido dos tiros, o motorista José Antonio e o bombeiro do posto, Jair Cerqueira, que abastacia o carro, correram para o local, mas não tiveram tempo de ver os assassinos. Um dos pistoleiros, ainda com a arma na mão, teria ameaçado matá-los caso os "derrubassem". José Antonio, motorista da família do ex-parlamentar, garantiu ter visto o Fusca cinza já em movimento e não é capaz de identificar os criminosos. Segundo o bombeiro, que recebeu mais diretamente a



Paulo estava indo para Capangama onde iria resolver problemas de terra

ameaça, foi impossível ver os pistoleiros, uma vez que se escondeu atrás de uma bomba de gasolina depois dos disparos. No local, verões davam conta de que o assassino é moreno, alto e usa barba. Os próprios pistoleiros, após a execução, teriam arrancado as placas do Fusca (já bastante usado) para evitar a identificação do veículo. Outra versão, porém, apresentada pelo dono da lanchonete do posto, Wádir Melo, diz que os pistoleiros haviam parado um pouco antes do posto Marechal e retirado as placas.

O outro homem que ocupava o Fusca cinza ficou o tempo todo com o motor ligado e saiu em disparada logo após a execução, fugindo na direção de Benevides. No interior do Cheve, o corpo de Fontelles, com as pernas ainda cruzadas, jazia com três tiros no ouvido direito.

Um pouco antes, Paulo Fontelles havia saído do motel Dommas, no Coqueiro, de propriedade de seu irmão, José Fontelles, dono do Cheve-500, que o emprestara para a viagem até Capangama. No volante, ia o motorista José Antonio, que já

trabalhara para a família do advogado durante três anos e que fora reconhecido há apenas dois dias. O motorista é considerado insuspeito pela família do ex-deputado, que contesta os rumores de Fontelles, com as pernas ainda cruzadas, jazia com três tiros no ouvido direito.

Muito nervoso, o motorista, ainda no posto Marechal, disse que haviam saído do motel — onde Paulo parara para falar com o irmão — e se dirigiram para Capangama. Disse que Paulo estava tranquilo e que cantarolava durante a viagem.

Instantes após chegar ao posto Marechal, o Fusca cinza com os dois pistoleiros estacionaram ao lado do Cheve e o ex-deputado foi assassinado. Uma das balas atravessou a cabeça do advogado, estilhaçou o parabrisa e atingiu uma bomba do posto.

Pouco depois do crime, o posto Marechal foi tomado por uma multidão de curiosos. Em seguida, chegavam ao local os delegados Clóvis Oliveira, de Ananindeua, Manuel Menezes, da Cidade Nova, e João Barra, de Marituba, acompanhados de vários policiais. Os familiares de Fontelles também estiveram no local, e seu irmão José, desesperado, atirou-se com o corpo até a chegada da viatura do Instituto Médico Legal Renato Chaves, às 11:30hs.



No velório, a bandeira do partido, o choro da esposa e muita comemoção



Paulo Fontelles, abraçado pelo irmão, na morte. O ex-deputado era conhecido por sua postura combativa nos conflitos fundiários.



Jornal Pessoal

Lúcio Flávio Pinto

nº 1

1ª quinzena de setembro/87

Cz\$ 20,00

O CASO FONTELES

Um crime bem planejado

Um mundo pouco conhecido, com subterrâneos invisíveis e uma face externa às vezes ilustre, está por trás da morte do ex-deputado Paulo Fonteles. O Jornal Pessoal levou dois meses para levantar o tapete desse mistério.



Não foi apenas uma vaga de deputado federal que Paulo Cezar Fonteles de Lima perdeu no final do ano passado: derrotado na eleição de novembro, em março terminaria seu mandato de deputado estadual, assumiria oficialmente sua vinculação ao Partido Comunista do Brasil, deixando o "guarda-chuva" do PMDB, e retornaria à advocacia fundiária, como defensor de posseiros, atividade que o levou à Assembleia como o mais combativo dos representantes da esquerda.

Para um grupo de proprietários de terras, era a oportunidade do ajuste de contas: sem a proteção do mandato político, Fonteles, 38 anos, se tornava um alvo menos complicado. Era preciso aproveitar a oportunidade, antes que a dedicação exclusiva às lutas do campo pudesse refazer seu suporte e novamente transformá-lo num inimigo perigoso.

Provavelmente o assassinato de Paulo Fonteles começou a ser preparado em março. Entre o final desse mês e o início de abril, dois homens, ambos aparentan-

do 30 anos, um deles alto, forte, barbudo, o outro magro e baixo, se hospedaram no Hotel Milano, um hotel de segunda categoria mas encravado num ponto estratégico da avenida Presidente Vargas, a mais importante do centro da cidade.

José Roberto Vasconcelos, o "Betão", e Marcos Antonio Nogueira, o "Marquinhos", não poderiam ficar em melhor local para desempenhar sua missão. Eles deveriam observar Paulo Fonteles e checar um plano de ação para dois outros homens, que só viriam depois, com uma outra tarefa: matar o ex-deputado.

"Betão" e "Marquinhos" estiveram no Milano mais duas vezes: entre 17 e 19 de maio e de 3 a 11 de junho, dia do assassinato. As duas primeiras estadias foram pagas pelo chefe deles. Na última, saíram do hotel sem quitar a conta, às pressas. O chefe também deixaria Belém apressadamente naquele dia, embora num voo regular da Transbrasil, que sai às 4:20 da madrugada para São Paulo.

Nos dois dias que antecederam o atentado, "Betão" e "Marquinhos" teriam no hotel a companhia de mais dois integrantes do plano: Antonio Pereira Sobrinho, um paraibano de 38 anos, muito forte e parecido com "Betão", que daria três tiros precisos na cabeça de Fonteles, e Osvaldo R. Pereira, 44 anos, que ao se hospedar apresentou-se como militar, motorista do carro usado no crime.

Jornal: opção

Este é um jornal pequeno e pessoal não por acaso. É um produto das circunstâncias dentro das quais exerce sua opção: a de transmitir à opinião pública, sem retoques, os resultados da investigação dos temas mais importantes da conjuntura de hoje, talvez a história de amanhã. A intenção é publicá-lo quinzenalmente, com um tratamento temático, à maneira deste primeiro número, dedicado à morte do ex-deputado Paulo Fonteles, ou ampliando o seu universo. Como o poeta Carlos Drummond de Andrade, este jornalismo dedica todas as suas energias aos homens presentes e ao tempo presente — a maneira mais adequada de não se fazer ausente.

A Missão Especial

Para que eles pudessem estar em condições de executar o advogado comunista na manhã de 11 de junho foi necessário preparar uma articulação demorada. Ela pode ter começado em junho de 1986, quando James Sylvio de Vita Lopes retornou a Belém, depois de um ano e meio de ausência do Pará. Em São Paulo, onde nasceu em 1947 e fez uma tortuosa carreira até 1981, quando deixou de vez a advocacia — sua habilitação formal — para se transformar em agente de segurança, James foi contactado e aceitou trabalhar para o grupo Janasa. Voltava a Belém para exercer sua especialidade: resolver problemas de terras enfrentados por proprietários.

Ele criara fama de homem decidido e violento durante pouco mais de três anos em que atuara como

"gerente do complexo residencial das empresas estabelecidas às margens da BR-316", na divisa do Pará com o Maranhão, como declarou num inquérito policial. Ali, numa gleba chamada Cidapar, com pretensão sobre um terço do município de Vizeu, empresas como a Agropastoril Grupiã, Comercial do Pará, Comepar e Propará, tendo como carro-chefe o Banco Denasa de Investimentos (ao qual o ex-presidente Juscelino Kubitschek esteve ligado), litigavam judicialmente com o Estado — que considerava as terras devolutas — e, no dia a dia, com quase 10 mil famílias de posseiros com ocupação antiga na área.

Muitos conflitos e várias mortes ocorridas durante os confrontos foram debitadas na conta de Vita Lopes. Andando às vezes com 50 homens, sempre fortemente armado (com pistola 7.65 ou metralhadora), usando motocicleta ou helicóptero, trajando uniforme de campanha, não foi difícil para ele passar a ser tratado como capitão James. Teria estabelecido seu domínio na área se não surgisse em seu caminho outro bando com propósitos conflitantes.

Quintino da Silva Lira, um caboclo da região, também queria ser o dono do local, mas através de outra clientela, a dos lavradores, para os quais passou a ser uma espécie de Robin Hood, que tirava dos ricos para dar aos pobres, (embora com uma adaptação moderna: cobrando comissão). O "capitão" James e o "gatilheiro" Quintino testaram sucessivamente suas forças nos atalhos da mata, mas quem pôs fim à contenda foi um terceiro personagem, a Polícia Militar, não sem a orientação de um dos contendores. Quintino foi morto a 4 de janeiro de 1985 com um tiro de fuzil pelas costas, depois de cair numa armadilha.

Mas James não poderia comemorar pessoalmente essa vitória. Preocupado com o grau de independência que ele havia conferido a si mesmo, passando a prestar serviços para outras empresas ou agindo por conta própria, a Propará — que teria sofrido "pressões governamentais", segundo o próprio James — dispensou os serviços do seu chefe de segurança e ele voltou para São Paulo. No retorno ele deu o que os sambistas chamam de "volta por cima".

James foi do aeroporto para o Hilton, o único hotel cinco estrelas de Belém, de onde só saiu algum tempo depois para um bom apartamento de subúrbio. Mas era um assíduo, gastador e generoso freqüentador do hotel, que transformou num de seus pontos de encon-

tro. Ali almoçava e jantava periodicamente, recebeu um cartão de cliente especial e passou a associado do Top Bel, um clube de ginástica, musculação e sauna.

Um Crime Perfeito?

O Hilton foi escolhido para os contatos especiais, refletindo uma das faces de James. Desde janeiro ele organizava uma firma própria, a J.V. Segurança Privada, e por isso também podia ser encontrado no seu escritório, numa rua central de Belém; a Rui Barbosa. Mas também ia muito ao Hotel Milano, onde o bom cafezinho era o pretexto para trocar informações com muitas outras pessoas que ali vão para saber de negócios de terras, pistoleiros ou táticos, entre muitos outros assuntos que conferem hoje ao lugar a mesma função que o Café Avenida, mais adiante, desempenhou até alguns anos atrás.

Em duas dessas visitas, James pagou as despesas de "Betão" e "Marquinhos", os homens de cobertura do plano. Mas evitou qualquer ligação com Antonio e Osvaldo, que seriam os executantes. Os dois, depois de matarem Fonteles dentro do posto de gasolina Marechal IV, na saída da cidade, voltaram ao hotel pagaram a conta e saíram, dizendo que iam para São Paulo. Já "Betão" e "Marquinhos" se esconderam na sede da J.V., enquanto James viajava horas antes para São Paulo. A presunção era de que o crime, executado conforme o planejamento, jamais seria esclarecido.

Dois meses depois o delegado Otacílio Mota, 52 anos, anunciava a reconstituição integral do atentado, vencendo uma barreira de ceticismo ou descrença que surgiu no curso da investigação. Dispondo de apenas três investigadores e um escrivão, o chefe da Delegacia de Crimes Contra a Pessoa conseguiu identificar os dois homens que mataram Fonteles e o organizador do atentado.

Mota obteve o mandado de prisão para os três, concedido pela juíza Maria de Nazaré Souza da Silva, mas agora está diante de uma tarefa maior: chegar aos criminosos. Todos estão foragidos, embora o mais importante deles, o capitão James, tenha mandado uma carta de São Paulo. Pode ser despistamento, mas o delegado tem que agir com rapidez e eficiência se quiser chegar aos executantes antes de qualquer tentativa de "queima de arquivo", que enfraquecerá os elos de ligação com o intermediário e impedirá a concretização do que permanece sendo uma hipótese: a completa elucidação, pela primeira vez em muitos anos, de um crime político.



O CASO FONTELES

O agente de segurança especial

No dia 2 de junho James Sylvio de Vita Lopes, advogado, divorciado, 40 anos, foi à 2ª Seção da 8ª Região Militar, que cuida de informações e costuma ser chamada de serviço secreto. Queixou-se de ter sido roubado entre os dias 28 e 29 de abril. Descreveu o roubo: um fuzil Colt, calibre 5.65, de fabricação norte-

americana; quatro pentes de munição, com 90 balas; seis granadas ofensivas, que têm efeito moral, só matando quando acertam diretamente o alvo; uma caixa de bala 38; de 30 a 40 balas calibre 45; uniformes camuflados de areia e selva; camisetas e gorros.

As declarações de James foram transformadas "in-

Jornal Pessoal

forme", que levou o número 071, de natureza confidencial, avaliado no grau 3. Isto quer dizer que não mereciam ser consideradas como uma informação, exigindo antes uma checagem para avaliar sua fidedignidade, mas foram repassadas — como algo a ser analisado — aos órgãos da "comunidade de informações", entre os quais a Aeronáutica, a Marinha, o SNI, a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública.

Arsenal Misterioso

O "informe" começa com a observação de que o declarante é "o famoso Capitão James". Não se tratava, na verdade, de um capitão das Forças Armadas (ou pelo menos não do Exército), mas o próprio Vita Lopes não apenas parecia satisfeito com o tratamento, como o induzia. Agia de várias formas a parecer-se de fato a um oficial do Exército. O traquejo pode tê-lo estimulado a adotar uma iniciativa na qual um outro civil jamais pensaria: comunicar ao órgão de informações do Exército que lhe foram roubadas armas que ele simplesmente não poderia ter, por serem de uso privativo das Forças Armadas ou exigirem, para o porte, uma licença especial, que ele não possuía.

Para o "famoso capitão James", um ato desses, porém, não era mais inédito. Em novembro de 1983, quando chefiava a segurança das empresas da Gleba Cipópar, ele conseguiu que o DOPS instaurasse inquérito para apurar outro desfalque no seu bem sortido arsenal. Na época, haviam desaparecido três rifles 38; duas cartucheiras cano duplo, calibre 12; uma pistola calibre 7.65; um rifle 22 com mira telescópica, e 21 balas.

O desaparecimento incluía também uniformes camuflados de campanha, que James usava — como explicou ao depor no inquérito — "procurando resguardar-se de iniciativas antagônicas de pessoas moradoras da região, permanentemente em conflito com o pessoal da administração" das empresas. Argumentou que as roupas roubadas — bonê, camiseta, calça verde e botas — não eram uniformes das Forças Armadas "e sim são roupas apropriadas para caçadores vendidas livremente no comércio do ramo, assim como as armas selecionadas".

Numa carta que enviou ao jornalista João Malato, às vésperas de ter sua prisão preventiva decretada, James contradiz as declarações de quase quatro anos antes: informa que o uniforme camuflado foi "adquirido nos Estados Unidos". Já na 2ª Seção da 8ª Região Militar dissera que todo o material, incluindo as armas privativas, lhe haviam sido dadas, "como presente", por um certo capitão Airton, do Exército, em 1974. Não falou sobre o sobrenome do oficial ou o que motivara esse suposto capitão Airton a uma doação que constitui infração disciplinar e ilegalidade. Nem lhe foi perguntado. Apenas deu a declaração e foi embora. Nove dias depois ocorria o atentado.

Segundo uma fonte militar, muitas pessoas procuram os órgãos de informações para fazer todos os tipos de denúncias ou relatar as mais variadas histórias, muitas delas absurdas ou fantasiosas. O "famoso capitão James", de acordo com essa interpretação, seria um tipo megalomaniaco, que não se deve levar muito a sério, ou "ao pé da letra", mas cujas informações convém registrar para averiguações.

Talvez por esse princípio metodológico, a descrição de um arsenal, que incluía até granadas, não mereceu maior atenção. Mas James referiu-se também às atividades do deputado estadual (PMDB) João Carlos Batista, acusado de insuflar invasões de terras e tirar

proveito pessoal desse fato, e aos quatro guardas-costas que o acompanham, entre os quais "Mão de Sola" e um irmão do "gatilheiro" Quintino, o rival de tiroteios de James em Viseu.

Amizades Influentes

É possível que o Exército desconhecisse os registros do DOPS sobre o "famoso capitão" e seu arsenal, continuamente exposto a saques. Mas na carta a Malato, datada de 14 de agosto e teoricamente postada três dias depois, James faz questão de mostrar que não é um neófito nesses caminhos tortuosos.

Ele arrala entre os amigos "policiais civis, militares e federais", com os quais "mantinha bom relacionamento, trocava informações importantes e vitais para o bom desempenho de certas missões". Acrescenta que informava esses amigos "sobre os passos, reuniões e decisões daqueles que incitavam à invasão de propriedades privadas".

Na carta que mandou, James tenta caracterizar a perseguição que sofre como resultado de sua posição e atribuí-la aos responsáveis por essas invasões, que "sabiam e sabem o quanto posso afetá-los com o meu trabalho", insinuando que a morte de Fonteles poderia ter sido arquitetada pelo próprio PC do B, como uma "queima de arquivo", ou para criar um mártir que os comunistas poderiam usar. A única pessoa acima de qualquer suspeita seria ele mesmo, que não se arriscaria a praticar um crime, e ainda por cima deixando tantas pistas, abusando, assim, "da confiança de tantos bons amigos, dentro ou fora do Governo".

Entre os amigos, poderia estar o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma. José Antonio da Silva, que trabalhou com James na empresa de segurança JV, disse ao delegado Otacílio Mota que seu patrão almoçou com Tuma no Hilton Hotel. O próprio José Antonio não presenciou o almoço, mas quem lhe deu a informação foi Walter Cardoso, segurança do Hilton. Cardoso, no seu depoimento no inquérito, também informou que James "regularmente almoçava com Joaquim Fonseca", o dono do Grupo Jonasa.

O proprietário do Hotel Milano, o francês Jean François Le Cornec, 37 anos, declarou ao delegado Mota ter sabido, "por terceiros", que James "seria pessoa ligada ao Serviço Nacional de Informações", boato esse reforçado pelo fato de que James foi visto no hotel conversando com Rubineti, "pessoa ligada ao serviço de informações". Um dos agentes da empresa de segurança de James, que trabalhou para ele na fazenda de Joaquim Fonseca, um segundo-tenente da reserva do Exército conhecido apenas como Paulo, foi declarado como informante do SNI por José Antonio da Silva, também contratado como segurança por Vita Lopes.

O SNI mesmo teve uma intervenção na apuração do assassinato. O órgão informou o delegado Otacílio Mota que os pistoleiros tinham saído de Belém no Santana de propriedade de James, no dia 15. Mas o delegado pegou uma pista errada: o carro, provavelmente com uma bala na porta, havia sido recolhido à Belauto para conserto três dias antes do atentado e lá permaneceu até um mês depois.

Na carta a Malato, James não chega a confirmar o almoço com o chefe da Polícia Federal. Diz apenas que cumprimentou Tuma, "porque já tinha sido apresentado ao mesmo, há muitos (anos) mais, quando era Diretor da D.O.P.S. paulista, pelo amigo comum, Dr. Quass", mas se apressa a dizer que a iniciativa de en-

volvimento dessas "diversas personalidades ilustres" não passa de uma "manobra típica de esquerda". Discretamente, a Polícia Federal do Pará está investigando a história, por ordem superior.

A carta revela detalhes novos na biografia, mas deixa claro que está omitindo muito mais, fiel ao estilo do "capitão James", entre o mistério e a grandiloquência, estilo muito usado alguns anos atrás. Defendendo-se da acusação de "falso capitão" (que ele usou antes de ter sido acusado), de ex-agente do Doi-Codi ou membro da Rota, a violenta patrulha policial de São Paulo, Vita Lopes diz ter sido procurador jurídico da pequena Prefeitura de Penápolis, no interior paulista. Como pertencia à Coordenadoria da Defesa Civil, "sempre estava no Palácio dos Bandeirantes", ao tempo em que o inquilino era o governador Paulo Maluf.

Isso foi entre 1979 e 1981, período em que a história de Vita Lopes projeta alguma luz. Sobre a fase anterior há apenas sombras — e ele não parece nem um pouco interessado em dissipá-las. Sabe-se que se formou em Direito com idade já razoavelmente avançada para um estudante comum, 27 anos. Foi justamente nesse ano que credenciou-se a receber um arsenal de um capitão amigo, já falecido, infelizmente, do qual não

lembra mais o sobrenome.

Agente "da Pesada"

Tais traços biográficos indicam seguramente que o "capitão James" não é uma pessoa convencional. Walter Cardoso, o detetive do Hilton, confessou ao delegado Mota que ficou impressionado com o homem, que não parava de falar na montagem de um "esquema". Os dois estavam em frente ao hotel, vendo passar uma passeata de protesto de professores, quando James fez um comentário que Cardoso não esqueceu:

— Comigo não tem dessa. Jogava logo uma bomba de gás lacrimogêneo, jogava logo uma granada, dava uma rajada de metralhadora.

James enfiara ainda outras armas nessa reação, como escopetas e pistolas. Cardoso, cinco mil cruzados por mês para ser segurança no hotel cinco estrelas, concluiu desse linguagem que estava diante de um guerrilheiro. Não era uma dedução de todo incorreta: James, como num drama literário igualmente trágico, era um personagem à procura de autor. Só que não levaram a sério — ou quiseram camuflar — o enredo que ele desfiava.



O CASO FONTELES

Policiais ajudam os criminosos

Dois delegados e um investigador de polícia mantiveram James de Vita Lopes sempre bem informado sobre as investigações do delegado Otacílio Mota, que se reportava apenas a um reduzido número de integrantes do governo. O próprio James admite, na carta datada de 14 de agosto, que estava "prestes para embarcar para Belém" quando recebeu "telefonemas de amigos para que não retornasse porque era suspeito" de envolvimento no assassinato de Fonteles. Os amigos disseram que ele seria preso no aeroporto e, quando fosse colocado na cadeia, poderia ser linchado por militantes do PC do B e pelo deputado João Batista.

Entres esses amigos policiais está um ex-delegado do DOPS, que atuou durante a repressão a posseiros da gleba Cidapar, a grande missão que James desempenhou entre 1981 e 1984. O investigador ainda está até hoje no DOPS, mas o então delegado foi remanejado para outro posto. Foi desse setor da polícia que saíram os primeiros "vazamentos" de informações para a imprensa.

Na carta supostamente enviada de São Paulo, James diz que "as suspeitas sobre o meu envolvimento iniciaram-se quando o delegado Otacílio Mota apegou-se a uma notícia dada por um dos jornais da cidade, de que dois suspeitos teriam se hospedado no Hotel Milano". Quando "A Província do Pará" publicou a informação, dada por um delegado, Mota na verdade fazia diligências em Belo Horizonte, tentando justamente aproveitar-se do sigilo. O "vazamento" pre-

judicou a investigação, alertando os criminosos. Mas James não poderia dizer que a publicação levava o delegado à suspeita.

Um outro fato mostra que ele estava recebendo as informações antes mesmo que elas chegassem à imprensa, quando ainda eram privilégio de um reduzido grupo de quatro autoridades. No momento em que James estava se preparando para voltar a Belém, uma semana depois do crime, nenhum jornal havia publicado uma vez sequer o nome dele como suspeito. No entanto, ele já sabia que o delegado Mota começava a investigá-lo.

Esse invejável canal de informações deve ter estimulado Vita Lopes à iniciativa de enviar uma carta, na qual revelou dados que nem a polícia conhecia. O destinatário foi escolhido a dedo: além de ser um intransigente defensor dos fazendeiros e de suas organizações, o jornalista João Malato é pai do delegado Mário Malato, tido como amigo de James. Recebendo a carta, Malato enviou-a ao jornal "O Liberal", não sem antes submetê-la a uma atenta copidescagem (revisão), mas retendo o envelope, onde estaria o registro do despacho postal.

Mas o que ainda causava especulação eram os motivos que levaram o "capitão" James a fazer revelações tão comprometedoras. Ele disse, por exemplo, que as despesas com o conserto de seu carro, um Santana 1985, foram pagas pela Jonasa. É um dado perturbador: embora dizendo tê-lo dispensado a 16 de abril, no dia 8 de julho a empresa se responsabilizou

por despesas de James e ainda mandou entregar-lhe em São Paulo o carro, mesmo sabendo — porque já então as especulações haviam sido publicadas pela imprensa — que ele estava sendo acusado de envolvimento no crime.

Na carta James diz que as notas de despesa “devem estar arquivadas na contabilidade” da Belauto. De fato, um investigador da Delegacia de Crimes contra a Pessoa viu no computador no dia 10, o registro da responsabilidade pelo conserto em nome de Joaquim Fonseca Navegação S/A. Era sexta-feira e pediu um do-

cumento de comprovação. Na segunda-feira, já apareceu no vídeo do computador o nome de James Sylvio de Vita Lopes. Num ofício de 15 de agosto a empresa diz que ele foi quem pagou o conserto.

Por que o “capitão” James tornou públicas informações embaraçosas como essa, que a polícia ou a opinião pública ignoravam? Talvez com a intenção de mandar recados para destinatários certos, avisando que poderá dizer ainda mais se faltar-lhe o apoio de que precisa para livrar-se de mais essa complicação.



O CASO FONTELES

Mandante: entre empresários

Se havia alguém que o empresário Francisco Joaquim Fonseca poderia ter interesse em mandar matar, essa pessoa seria o deputado estadual do PMDB João Carlos Batista e não o ex-deputado Paulo Fonteles. A observação foi feita na semana passada por um dirigente da UDR (União Democrática Ruralista) em Paragominas, membro também da Associação Rural de Pecuária do Pará, que raciocinava “apenas como hipótese”, manifestando a opinião de que Fonseca não teve qualquer participação no assassinato de Fonteles.

“Mas se ele quisesse matar alguém, visaria o Batista, que já lhe causou muitos problemas”, disse o membro da UDR, não vendo lógica no envolvimento do chefe do Grupo Jonasa com a morte de Fonteles, “que nunca atuou na região da Belém-Brasília”. Um membro da família Fonteles reconhece que Fonseca não teria motivos para encomendar um atentado ao ex-deputado, mas está convencido de que o empresário foi envolvido por fazendeiros do sul do Pará e de Paragominas, “que o desafiaram a aceitar a empreitada e ele aceitou”. No meio das acusações difusas de cumplicidade que a família faz aparecem os bancos Real e Bamerindus.

Mas se nenhum desses possíveis aliados aparece em qualquer momento do inquérito policial presidido pelo delegado Otacílio Mota, Joaquim Fonseca já tem nos autos uma posição delicada. Ele poderá ser chamado a explicar as contradições entre suas afirmativas e a de James Vita Lopes. Fonseca diz que deixou de ter relações comerciais com James em 14 de abril, mas a 2 de junho, quando foi ao quartel-general da 8ª Região Militar, o ex-segurança assegurou que ainda trabalhava para a Jonasa. E declarou na carta que Fonseca pagou o conserto do Santana a 8 de julho, enviando-lhe o carro — provavelmente de carreta — para São Paulo.

A nota que Fonseca publicou pela imprensa sugeria que ele não tinha qualquer intimidade com James, mantendo com ele um relacionamento puramente comercial. No entanto, o segurança José Antonio da Sil-

va disse, em seu depoimento, que James “regularmente almoçava com Joaquim Fonseca” no Hilton, baseado em conversa que tivera com o detetive do hotel, Walter Cardoso.

Fonseca, o maior armador da navegação fluvial em todo o país, foi buscar James em São Paulo para tentar resolver, ainda que à força, problemas em três fazendas que possui na Belém-Brasília: a Vale do Capim Agro Industrial, a Companhia Agropecuária do Rio Jabuti (a maior, com 21 mil hectares), ambas incentivadas pela Sudam, e a Fazenda Del Rey, com 12 mil hectares.

Na entrada dessa fazenda, em julho do ano passado, foi assassinado José Bernardo Pinto. Ele era um dos ocupantes da fazenda, contra os quais a Polícia Militar e policiais civis investiram numa ação de desarmamento e retirada de invasores. Duas semanas depois José Bernardo foi morto a tiros, às 11 horas da noite, quando carregava uma motosserra para conserto.

Fonseca queixava-se de que essas pessoas invadiam suas terras apenas para tirar madeira, servindo às madeireiras, e que, ao resistir, havia sido ameaçado de morte. Os ocupantes se declaravam agricultores e denunciavam a convivência da polícia com a violência. Foi justamente quando o conflito estava agudo que chegou à área o “capitão” James, disposto a reeditar por ali os métodos vitoriosos da gleba Cidapar.



O CASO FONTELES

A ação dos sindicatos do crime

O governador Hélio Gueiros tem se queixado a assessores mais próximos de que a Polícia Militar forma pessoal para as agências particulares de segurança. Elas pagam um pouco mais e atraem os soldados da PM depois que eles passam pelo centro de formação. E podem fazer isso: afinal, poupam todo o dinheiro investido pelo Estado no treinamento de pessoal.

Mas o problema não seria tão grave se se reduzisse a essa drenagem. Mas as próprias autoridades sabem que oficiais intermediários da PM, mesmo sem deixar a função, estão organizando milícias para empresas particulares. A polícia civil também participa desse tipo de trabalho duplo, um público e legal, o outro informal e ilegal. Na região de Paragominas e no sul do Estado já existem milícias, como as que James Vita Lopes comandava na Cidapar e sob a camuflagem de sua agência de segurança, a JV.

Quando a empresa não tem condições de suportar as despesas com esses grupos organizados, recorre a pistoleiros autônomos. Há centenas deles em vários pontos da Amazônia e o principal centro é Imperatriz, no Maranhão, onde o chefe de uma das quadrilhas virou político e exerce inquestionável liderança na re-

gião, por motivos mais do que óbvio. São os sindicatos do crime.

Esses pistoleiros estão muito longe de corresponder à imagem deles projetada pelos filmes sobre o faroeste norte-americano. Só andam armados quando estão em serviço e, ainda assim, a arma que usam não é deles: o mandante do crime é quem a fornece. Um pouco antes e um pouco depois do crime encomendado, o pistoleiro fica sob a proteção do "cliente". Feito o serviço, volta para o seu trabalho rotineiro, como lavrador ou garimpeiro. Calcula-se que só na região de Imperatriz haja algo em torno de 500 pistoleiros profissionais.

Com o anúncio do plano nacional de reforma agrária, em maio de 1985, o mercado da "pistolagem", como a atividade é conhecida no interior, entrou em alta, multiplicaram-se personagens como o "capitão" James. Um "trabalho" como o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles pode custar várias centenas de milhares de cruzados. Mas há pistoleiro disposto a "apagar" alguém por não mais do que 10 mil cruzados. Tudo fica mais caro, porém, quando torna-se necessário, além de matar, "queimar" arquivo. O assassinato de Fonteles já está nesse nível.



Anexo III - entrevista concedida pelo jornalista Lúcio Flavio Pinto para esta pesquisa no dia 28 de abril de 2017



Vai às pressas o texto. Não tive tempo, com as manifestações de hoje. Espero que sirva. Quando concluir o texto, gostaria de receber uma cópia.
Abraço,
Lúcio

O que você pensa sobre a crise da experiência comunicativa no jornalismo brasileiro atualmente?
Há uma evidente crise internacional, já exaustivamente exposta e debatida. Há um componente original ou inédito na crise brasileira, que a distingue no conjunto do universo? Talvez seja a fragilidade da nossa vivência democrática. Como efeito, nossa liberdade de expressão nunca chegou a um tônus suficiente para fortalecer a própria democracia. Seu principal papel seria manter os cidadãos bem informados para intervir no debate das questões nacionais no momento certo. Ou seja: antes dos fatos consumados. Infelizmente, a imprensa, em conjunturas favoráveis ou não, contribui pouco para a formação dessa consciência.

Qual a sua perspectiva como pesquisador sociopolítico sobre o cenário político brasileiro para os próximos anos?
A tarefa está mais para vidente ou feiticeiro do que para analista racional e lógico. Mas acho que a grave crise econômica que o Brasil enfrenta é menos desafiadora do que a dificuldade para criar uma estrutura jurídico-política adequada. A sociedade política tem sido um fator de complicação, tanto porque defende apenas os seus parceiros de empreendimento eleitoral e de manutenção do exercício do poder como pela cultura da corrupção, que a torna parasitária. A elite não tem um projeto nacional. Tem interesses. Por esses fatores subjetivos intrincados, desatar os nós objetivos e concretos da engrenagem produtiva se torna cada vez mais difícil. O que se pode prever, nesse circuito viciado, é mais explosão social e incerteza política.

Você acredita que as práticas de metajornalismo podem funcionar como um meio de fiscalização das práticas jornalísticas?
Minha experiência universitária me ensinou a dar mais importância ao papel das elites do que admite o marxismo ortodoxo. Aprendi muito a respeito com Karl Mannheim e Max Weber. Por isso, parte considerável do meu jornalismo é dedicada ao acompanhamento do que faz a elite política e econômica. Como ela age nos bastidores e nos aparatos oficiais, é mais difícil desnudar a sua ação. É preciso muito trabalho, acuidade e capacidade de deslocamento no cenário social, até no ambiente físico. O que se colhe tem alto valor social: antecipar decisões viciadas, combinadas com apenas parte dos atores em cena. Permitir que o cidadão comum saiba o que está por trás de situações mistificadas pela mídia corporativa.

É verdade que após a censura da sua matéria sobre o assassinato de Paulo Fonteles a direção de O Liberal pagou a impressão da primeira edição do Jornal Pessoal na gráfica Delta Publicidade como solução ética, haja vista que censuraram e não publicaram a matéria investigativa que você havia produzido?
Foi realmente assim. Em 1987 eu ainda era colaborador de O Liberal, além de correspondente em Belém de O Estado de S. Paulo. Depois de três anos de muito trabalho investigativo, tinha a história completa do assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles. Apresentei o texto para Rosângela Maiorana, uma das diretoras e donas do jornal, com quem eu tinha mais relação. Ela ficou impressionada pela riqueza das informações e a forma da narrativa, bem fluente. Mas disse que não podia publicá-la. Eram apontados como envolvidos na trama dois dos homens mais ricos do Pará e anunciantes do jornal. Diante da negativa, lhe propus: e se eu criasse um jornal meu? Aliviada, ela na hora topou imprimir de graça o jornal (na sua maior tiragem, de cinco mil exemplares), desde que eu não citasse a gráfica. Foi uma solução original para aquele velho impasse entre o dono do jornal e o jornalista mais ousado. Querem publicar a matéria? Então cria o teu jornal – costuma desafiar o dono. O jornalista então desiste. Eu não desisti.

Depois de 30 anos construindo e desenvolvendo o Jornal Pessoal o que você diria sobre a sua experiência produzindo jornalismo por meio de uma mídia independente?
Eu sou o único jornalista no meu jornal. O jornal é impresso em formato A4, não tem cores, não recorre a aplicativos gráficos, não usa fotografias. Não aceita publicidade, vivendo da venda avulsa em banca. Publica na íntegra todas as cartas que recebe. Eu aceitei ficar pobre, marginalizado, detestado pelo poder, exposto a agressões, inclusive físicas, e a perder amigos que não resistem a uma investigação do que fazem. Se alguém conseguir essa combinação de fatores, poderá fazer um jornal como o meu, verdadeiramente independente.

Um questionamento sobre o futuro, após o seu falecimento, acredita-se que o Jornal Pessoal irá acabar, dito isso você acredita que irá haver alguém ou grupo independente que dará continuidade em um trabalho jornalístico parecido como que vens realizando nos últimos anos?
O Jornal Pessoal não sobreviverá à minha morte (ou vice-versa). Afinal, é radicalmente pessoal, de uma só pessoa. Não por diletantismo ou iconoclastia. Foi o tamanho mínimo de viabilização a que cheguei depois de uma longa experiência na imprensa alternativa, minha ou de outros colegas e amigos. Cheguei à conclusão de que indo além de uma única pessoa acabaria. Podem surgir outros jornais semelhantes, mas nenhum igual. Ou alguém conhece algum outro?

gralmente repassado à opinião pública, a quem cabe – diretamente ou por seus representantes, entre os quais os próprios jornalistas estão incluídos – aplicar juízos de valor aos fatos. Um jornal pode ou não fazer essas análises, trazendo para dentro de si a sociedade. Assumindo tal função, se enriquece, adquire densidade social e legitimidade. Indescartável, no entanto, é sua missão de apurar os fatos relevantes, as questões controversas, os pontos obscuros e transformar essas informações em patrimônio de todos – ou ao menos daqueles que podem ter acesso a textos escritos e a seus ecos orais. Um jornal que agride os fatos – silenciando sobre eles, descaracterizando-os, manipulando-os – condena-se à morte. Primeiro ela é moral; depois é física. Também esta é uma regra eterna do jornalismo, que pode tardar, dependendo da eficiência da maquiagem, mas não falha.

Repórteres do jornal *Sunday Times*, de Londres, que escreveram um livro pouco citado sobre Watergate (mas melhor, como esforço de compreensão, do que a bem documentada série da dupla Woodward-Bernstein, presa ao estilo minudente e historicista do jornalismo americano), mostraram como a imprensa, geralmente mantida em funcionamento por decisões muito verticalizadas, pode ser impulsionada por seus jornalistas quando eles compreendem sua função.

“A função que justifica uma imprensa livre está na sua capacidade de procurar e revelar. Por vezes ela revela assuntos que seria melhor o público desconhecer, mas, se ela cessa de ter essa função, passa a existir o risco de ela não ser mais do que um instrumento de propaganda”, observam os jornalistas ingleses, completando, a propósito da polêmica que então se travava nos EUA: “A questão central do debate sobre a imprensa não estava na luta entre ‘conservadorismo’ e ‘liberalismo’, mas no conflito entre aqueles que desejam uma ‘realidade’ organizada e arrumada e aqueles que têm a capacidade de encontrar e de apresentar a tediosa complexidade do fato real”.

Compromisso com a verdade

A “tediosa complexidade do fato real” a que os repórteres do *Sunday Times* se referem com britânica ironia é a bússola do jornalismo. Às vezes até gostaríamos que a realidade fosse mais esquemática e rígidamente, um pouco mais inclinada a favorecer pessoas ou grupos simpáticos a nós, ou pelo menos não envolvesse tantas complicações, mas essa complexidade obriga um jornal a ziguezaguear, colidindo ora com a onda, ora com um banco de areia ou uma rocha. Também pode atropelar amizades ou, inversamente, suscitar poderosas indisposições. Paciência: um jornal que enfrentar essas adversidades, próprias da complexidade do fato real, estará deixando de ser apenas um balcão mercantil de negócios, a que, infelizmente, parte da grande imprensa reduziu-se, ornada das lantejoulas e balacobacos que o marketing pode lhe fornecer.

O JORNAL PESSOAL surgiu e mantém-se há dois anos fiel ao compromisso de enfrentar de frente os fatos que interessam à sociedade. Não precisamos arrolar problemas para que nossos leitores

saibam exatamente quantas dificuldades já surgiram e vão continuar a antepor-se na nossa caminhada. Pequeno, de tiragem limitada, com a mais anêmica das infraestruturas de apoio, não há impropriedade semântica quando se declara que este é um jornal do leitor, comprometido exclusivamente com ele, sem anunciantes, protegidos, parceiros ou inspiradores.

O descrédito que grande parte da população dispensa à imprensa, como mostram diversas pesquisas de opinião, dá um tom de temeridade a essa afirmativa. Mas quem for rever a coleção de 47 números do JORNAL PESSOAL, verificar sua documentação administrativa e investigar a vida de quem o faz, agora e nos quase 24 anos de carreira profissional, terá elementos seguros para uma avaliação rigorosa e honesta.

O JORNAL PESSOAL contraria interesses poderosos, mas não teme atravessar os tiros – que costumam ser o pano de fundo desses litígios – para cumprir sua missão. Tiros podem resvalar, mas o que interessa é o objetivo a cumprir, de acordo com os métodos éticos que consideramos indissociáveis dos resultados. Se havia pedras no meio do caminho do grande Carlos Drummond de Andrade, um simples jornalista comprometido com seu tempo há de esperar por uma monumental pedreira. Resta-lhe a segurança de suas convicções e o descortino de sua visão do mundo. Assim, irá em frente, apesar das matilhas de aluguel, despejem elas balas assassinas ou palavras de encomenda.

“Num país em que tanta gente passa a vida em cima do muro, sem ousar tomar atitudes, formo, com orgulho, entre aqueles que topam a briga. Mas há uma sutil diferença. Nunca vou à briga pela briga. Acho isso brega. Só polemizo para defender posições ideológicas”, escreveu o embaixador José Guilherme Merquior num artigo para *O Globo* do mês passado.

Não tenho a menor empatia por *O Globo*, cuja coerência governista é um circense desafio à pluralidade de poder, que constitui a essência do liberalismo que o jornal julga defender (e outros só conseguem introduzir no nome, e nada mais). Mas desejo vida longa a todos os jornais para que eles tenham lampejos de positividade, como na frase de Merquior, que também não entra na minha galeria de heróis, mas em quem reconheço as idéias próprias, pessoais, virtualmente suprimidas em nossa sociedade de massa, da cultura xerográfica.

Merquior constata no mesmo artigo a “triste verdade” de que “a maioria dos nossos jornalistas da atualidade, salvo raras exceções, são analfabetos culturais”. Merquior pára aí, sem detalhar, mas certamente está se referindo a essa acumulação de informação que não soma, não produz síntese, não gera a visão do mundo que só os alemães (monopolistas da filosofia, segundo o camaleônico Caetano Veloso) conseguiram conceituar. A cultura não é rótulo, etiqueta; ela é justamente o produto que precisa ser embalado. Mas o que pode fazer aquele que só tem o embrulho? Embrulhar a cultura alheia, claro.

A luta pela vida

O JORNAL PESSOAL sobrevive há dois anos na corda bamba, desafiando a física financeira e a tolerância dos poderosos. Pode desaparecer em pouco tempo, enquanto brontossauros da imprensa continuarão seu caminhar ciberneticamente antediluviano pelas esquinas do mercado. A intensividade é um traço da experiência que prezamos muito mais do que a extensividade. Não pretendemos ser longevos, mas a duração de um projeto como o do JORNAL PESSOAL depende tanto de suas virtudes como da virtude dos que lhe forem contemporâneos, para usar um conceito de Maquiavel, bem ajustável à nossa sociedade sempre esperançosa de príncipes e déspotas esclarecidos.

Não é a sobrevivência o que buscamos acima de tudo. Se fosse assim, seríamos mais táticos, mais políticos. Um dos princípios básicos da sobrevivência é não brigar com todos os poderosos ao mesmo tempo, escolhendo um deles para inimigo e o outro deixando na condição de aliado. O JORNAL PESSOAL, procurando o fato real, não escolhe suas circunstâncias, não seleciona seus temas de acordo com as conveniências do momento, nem restringe sua apuração ao que é sancionado ou esperável, minimizando assim seus riscos. Não: ele mergulha plenamente na voragem de investigação dos fatos,

quer apurar a verdade limitado apenas pela sua própria capacidade pessoal. Se não vai além é porque não consegue, não é capaz, mas não porque não quer. Esse compromisso é o que garante o caráter de coisa única ao que fazemos, conferindo-lhe o risco, mas trazendo também as possibilidades de ventura.

Acreditamos que não há muitas outras áreas no planeta para viver com mais intensidade este final de século que a Amazônia, apesar de todos os sacrifícios que essa vivência testemunhal acarreta. Mas é com certo desalento que verificamos a singularidade de experiências como a do JORNAL PESSOAL, obrigado a equilibrar-se sobre uma faca só lâmina, uma solidão que não é reconforto.

Entretanto, se é assim, que assim seja: o JORNAL PESSOAL começa seu terceiro ano de vida com o mesmo ânimo que o fez aparecer em setembro de 1987, combatendo a morte e louvando a vida, reagindo como reagiu o evangélico Miguel de Unamuno diante das tropas obscurantistas do fascismo do general Franco. Como ele, acreditamos que só se vence a morte com a inteligência. E as pessoas são mais inteligentes quando exercitam seu raciocínio operativo sobre fatos reais - e não sobre mitos. Se em dois anos o JORNAL PESSOAL ajudou a combater algumas das fantasmagorias que infernizam a Amazônia, estará recompensado.

SNI: ainda na contra-mão

A agência do Serviço Nacional de Informações em Belém nunca foi um padrão. Ao contrário da esmagadora maioria das demais espalhadas pelas capitais dos Estados, a de Belém só permaneceu sob o controle do Exército nos anos imediatamente posteriores à sua instalação e num curto período intermediário. A agência foi entregue, durante 17 anos, à administração da Aeronáutica. E, a partir de um certo tempo, passou a frequentar, com assiduidade inusual e desaconselhável, as colunas da imprensa em função de litígios internos, que culminaram com a sua reocupação pelo Exército neste ano.

A agência do SNI em Belém também deve ser a que mais vezes foi levada às barras da justiça por ex-funcionários. A última questão envolve quatro ex-servidores, que foram queixar-se à Justiça do Trabalho de terem sido dispensados para não adquirirem a estabilidade funcional que a nova Constituição conferiu aos servidores públicos com mais de cinco anos de serviços. A demissão dos quatro, dois deles da área administrativa e os outros dois do setor operacional, ocorreu a 28 de setembro do ano passado, uma semana antes da vigência da Constituição.

O SNI nega a acusação e diz, em relação aos dois agentes operacionais, Nathalino Brito e Luis Cotta, que eles vinham, "nos últimos anos", se mostrando "relapsos no cumprimento de suas obrigações funcionais, adotando um comportamento incompatível com a condição de servidor de um Órgão

de assessoramento imediato do Presidente da República". O "serviço" aponta, no processo, várias falhas dos dois: "além da desídia no desempenho das respectivas funções, a imp pontualidade, a inassiduidade e indisciplina, inclusive, chegando um deles a ser punido com advertência e repreensão". Garante terem sido em vão os "reiterados apelos" de chefes e superiores para que adotassem "uma postura condizente".

O SNI alega que demitiu os quatro porque já não confiava neles, argumentando que a confiança é condição indispensável para quem trata "de áreas sensíveis quanto as deste Órgão, voltadas que estão para assuntos de Defesa Nacional". No entanto, o "serviço" conviveu muito tempo com as falhas dos quatro servidores, só punindo-os às vésperas de eles serem protegidos pelo dispositivo constitucional.

João Alberto da Silva Bessa, tenente da reserva do Exército, tinha 18 anos de SNI, chefiando a sub-seção administrativa desde 1975, já como bacharel em ciências contábeis. Nathalino, também tenente da reserva do Exército, atuara durante seis anos como agente de informações. O auxiliar Macário Ferreira Nascimento, admitido em 1979, recebeu uma declaração de boa conduta do então chefe da agência, coronel aviador Luis Carlos Rodriguez Rodriguez, duas semanas depois de ser demitido. Rodriguez não encontrou nos registros do "serviço" nada que desabonasse a conduta do servidor.

Liberdade tutelada

Thomas Jefferson é considerado, com toda a razão, um dos fundadores dos Estados Unidos da América. De sua privilegiada cabeça saiu o fundamento da constituição norte-americana, a única em vigor em mais de 200 anos, com duas dezenas de emendas. A primeira foi quase imediatamente, do próprio Jefferson. Lembrou-se que a carta magna de seu país não fora suficientemente enfática na defesa da liberdade de imprensa e tratou de substituir essa necessidade na primeira emenda, ainda hoje a base jurídica sobre a qual repousa a energia da imprensa dos EUA. Foi fundamental para que o mais influente jornal do país, o "New York Times", continuasse publicando segredos do Pentágono num momento em que o governo americano ampliava seu envolvimento na guerra do sudeste asiático.

"Se me coubesse decidir se deveríamos ter um governo sem jornais, ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento em preferir a última solução", escreveu Jefferson. Comprovando com sua vida o que pensava, sempre acreditou que o mais eficiente caminho para os homens serem governados "pela razão e pela verdade" era o da liberdade de imprensa. "Por isso, é o primeiro a ser fechado por aqueles que recorrem a investigação de suas ações".

Se há mais de 200 anos Jefferson já dava essas lições aos seus compatriotas, nós, brasileiros, continuamos tentando em não aprendê-las. Sob o fluxo e o refluxo do oportunismo e das oportunidades, a Câmara Federal está com a responsabilidade de examinar e aprovar uma nova lei de imprensa. A em vigor, baixada pelos militares em 1967, tornou-se inconstitucional desde 1988, mas permanece em uso graças à inação dos que não se cansam de condenar esse "modelo autoritário", sem dar-se ao trabalho prático de acabar com ele. Mas a solução pode ser pior do que o soneto.

Em época de fechamento político, os militares foram claros no que pretendiam com a lei de 1967. Agora que vivemos nessa falsa-cue democrática, o objetivo é visado com insinuação e malícia. Mas é o mesmo. Os deputados, justa ou injustamente magoados com o tratamento da imprensa, tentaram dar o troco, passando a dar urgência na tramitação do projeto de lei, que perambulava pelas duas casas há cinco anos. A prisão para os crimes contra a honra seria mantida (lesão, calúnia e difamação), ao invés de se adotar a inovadora prestação de serviços comunitários. Para compensar, as empresas seriam solidárias nos crimes praticados pelos jornalistas. Mas a solidariedade poderia custar até 10% do faturamento bruto da empresa em cada ação imputada na justiça, sem limitação de ações indenizatórias, o que poderia resultar em

inviabilização da empresa ou sua intimação prévia, por via, com o enrijecimento dos mecanismos de auto-controle, tão ou mais danosos do que a censura externa.

Em matéria de liberdade de imprensa continuamos a ser macacos em loja de louça. O fundamental na relação da imprensa com o público, constituindo sua característica específica, é o exercício do direito de resposta. A maioria das empresas jornalísticas o ignora ou desmata. Não publica a resposta, ou a publica mal. Para esse caso deveria haver regulamentação em lei: prazo obrigatório para a resposta, tramitação preferencial dos pedidos de notificação judicial, multa pesada para o desrespeito a esse direito, obrigação de publicar nas mesmas condições (de espaço e destaque) da matéria original. Quanto ao mais, é assunto para o código penal (no caso dos crimes contra a honra) ou civil (quando se tratar de indenização). Todas as vezes as nossas autoridades ou instituições tentam tutelar a liberdade de imprensa, têm valorização por Jefferson, acabam destruindo esse vital componente planetário da democracia, como a ela se referia Oseiro Margabeira. A planta morre e só ficam os seus jardins. ●

O ouro em nova fase

Em 1980, quando estourou a corrida ao ouro no grampo de Serra Pelada, a Companhia Vale do Rio Doce não produzia uma grama de metal no Pará. Hoje a CVRD já está produzindo 10 toneladas de ouro, apenas menos do que as 13 toneladas alcançadas por Serra Pelada em 1983, o ano recorde da garimpagem. No ano 2000 a empresa poderá chegar a 35 toneladas, mais do que o atual produção nacional, em três meses do igarapé Bahia, do Salobo e de Serra Leste. No ano passado, pela primeira vez as empresas produziram tanto ouro quanto os garimpeiros, 10 toneladas cada grupo. A partir de agora a relação será cada vez mais favorável às empresas.

A história do ouro experimenta uma mudança análoga no Pará, transformação que deverá ocorrer também em outros Estados da Amazônia: o deslocamento da produção dos garimpos para as empresas. Nos principais reatos de produção soffera os veios superficiais estão se esgotando e o minério se aprofunda. Para recuperá-lo é necessário fazer investimentos mais pesados e dispor de tecnologia que não está acessível aos garimpeiros.

Essa tendência não anula a possibilidade de que novos olivões sejam descobertos pela fiscalização dos garimpeiros, que continuam circulando pela região e tendo acesso a áreas novas. Mas significa que nas áreas já produtoras a atividade garimpeira acabou e que a nova etapa deve ser argentemente acompanhada e regulamentada.

A área mais amplamente disponível é a do Tapajós, produtor de ouro há quase 40

anos. Para lá se deslocaram seis multinacionais, que estão comprando direitos de garimpeiros e começando a estudar a possibilidade de instalar plantas industriais. Mas a questão mais imediata é a da área que tanto pode ser tratada como Serra Leste ou Serra Pelada (ver JORNAL PESSOAL, nº 135).

No frustrante encontro na Assembleia Legislativa do Estado, no final do mês passado, o superintendente de Coordenação Empresarial da Companhia Vale do Rio Doce, João de Lima Teixeira Filho, anunciou que a empresa quer iniciar as primeiras obras de terraplenagem e de infra-estrutura dentro de três meses para poder produzir ouro em Serra Leste a partir de julho de 1996.

Nesse período, a CVRD pretende investir 250 milhões de dólares nessa primeira mina subterrânea da Amazônia, que alcançará profundidades além de 400 metros. Faz questão de ressaltar tratar-se de um investimento de grandeza equivalente ao que a Volkswagen está fazendo no município de Rosendo, no Rio de Janeiro, depois da uma briga intensa entre Rio e São Paulo por essa fábrica.

Em Serra Leste se produzirá cinco toneladas a mais do que no igarapé Bahia e no Salobo, mas nesta última unidade há a vantagem de o ouro ser obtido como subproduto da metalurgia do cobre, com investimentos muito menores. E com outra vantagem: enquanto em Serra Leste a jazida já esgotada é de 150 toneladas (o que dura 10 anos de vida útil à mina), no Salobo tem 530 toneladas.

Esses números, imagináveis algum tempo atrás, devem coincidir com a operação pública sobre sua nova fase do ouro. Em termos tecnológicos a vantagem da atividade empresarial sobre a garimpagem é enorme, o que lhe dá também melhores condições de manejo em relação ao meio ambiente. Com projetos adequadamente concebidos e fiscalização eficiente, não se terá mais a agressão praticada pelo grampo e as perdas, se houver, serão mínimas, apesar do risco maior da cianetagem sobre o mercúrio.

O problema é social. Para um investimento de US\$ 250 milhões, a CVRD diz que vai criar três mil empregos - diretos e indiretos - em Serra Leste durante a operação da jazida. É um número superestimado, mas ainda assim, socialmente insuficiente para atender à demanda da própria área. É preciso que o governo crie condições para que ao menos uma parte do ouro produzido sirva a um maior beneficiamento local e que haja uma taxa de reinvestimento em diversificação de atividades, sem o que a característica de enclave desses empreendimentos estará ainda mais reforçada.

O ouro, portanto, é o mesmo. A realidade é que vai mudando radicalmente. É preciso também mudar as condutas para enfrentá-la nessa nova situação. ●

Mecenato à moda do chefe

Quando começaram, os três projetos com os quais Paulo Chaves Fernandes pretende embelezar e enriquecer Belém — a Estação das Docas, o Parque da Residência e a primeira etapa da Feliz Lusitânia — representavam investimento de 13 milhões de reais. Agora que os dois últimos estão inaugurados, o orçamento atualizado passou de R\$ 22 milhões, podendo continuar a crescer, dependendo da tal da janela climatizada que está sendo aberta para o rio no caso do porto. São R\$ 9 milhões de acréscimo (70% a mais) em apenas três obras, num espaço de dois anos, dinheiro legalmente enquadrado em adiantamentos contratuais, mas tecnicamente pendente de explicação.

Assim, o governo Almir Gabriel aplicou nessas três obras decorativas mais da metade do dinheiro já consumido pelo maior projeto da história recente da capital paraense, a macrodrenagem dos bairros, feito para beneficiar com saneamento, drenagem e pavimentação 500 mil pessoas. Não há um desajuste de prioridades nesse plano de

investimento? Não está havendo um desleixo da opinião pública ao acompanhamento dessas obras?

Podem-se atender a uma aspiração nobre de uma forma perniciosa e irracional, como está sendo feito no caso do sapimento de energia ao Costa Pinheiro. A demanda permanece justa e necessária, mas deve-se distinguir seu atendimento em termos de meios utilizados para realizá-la. Como todos estão cansados de saber, nem sempre os fins justificam os meios.

Um primeiro ponto a criticar é a imprevidência orçamentária. No caso do Parque da Residência, o estouro foi de 100%, embora seja o de menor expressão em valores absolutos. De menos de R\$ 2 milhões que se imaginou gastar, chegou-se a R\$ 4 milhões. É claro que isso deveu-se ao crescimento do projeto em relação às suas dimensões originais, mas seria o caso de discutir esses acréscimos e ajustá-los com a população (aliás, em triplicado urbano by Chaves ignorou qualquer

apreciação externa, inclusive a da embaixada paraguiana).

O secretário de cultura, mesmo não tendo responsabilidade direta sobre a engenharia, ao encargo da Secretaria de Obras (um Pilatos nesse credo, na verdade), devia usar sua experiência a respeito. Afinal, foi Paulo Chaves — com a ajuda solitária deste jornal — que combater a imperícia da Montemil na restauração (restaura, segundo o jargão dos especialistas) do Palácio Laura Sodré (a mesma Montemil que agora surpreende ao liderar o comércio internacional para a banda B celular). Mas aprovou-a no Parque da Residência, certamente porque agora o chefe é o rei, faz-se rei.

Vou deixar minhas observações sobre a antiga residência dos governadores para outro ocasião, quando a tiver conhecido bem. Mas quero ressaltar que o sólido das minhas críticas, mais do que identificar um crítico rabieta, que só vê o lado ruim das coisas, um espírito destruidor e maligno, revela a abólicia oposta da opinião pública. Paulo Chaves preparou um espetáculo protuberante para suas inaugurações. Elas contêm muitos pontos positivos, que merecem elogios. Mas não devem ser encobertas sob a transmutação de silêncio, que é burra, como alertava Nelson Rodrigues. E imprevidente.

Não se pode aplicar tanto dinheiro em tão poucas obras sem uma avaliação do seu significado (e sem questionar se tanto dinheiro era assim necessário). Passamos a ter um museu sacro up-to-date em equipamentos e serviços da mesma maneira como já temos tantos espaços físicos culturais inanimados, sem organismos culturais vivos, ou restaurações do passado contrastando com a miséria do presente, às vezes num mesmo e único espaço, certo se verá quando o écora se desfizer e a rotina cotidiana devolver as chagas do chamado largo da Sé, numa maré semelhante à do Ver-o-Peso alvorrifado.

Questiono a concepção dessas restaurações, o maneirismo do estilo de Paulo Chaves Fernandes, maneirismo que adquire uma expressão mais ambígua e vulnerável quando seus orçamentos estouram e ele investe tão pesadamente naquilo que é meio e não fim — e nem é meio justo, como a exageradamente cara climatização da Estação das Docas e a profanadora climatização de Santo Alexandre (tudo pela artificial frescura ambiente), fazendo da recomposição da arquitetura original do barroco tardio adereço para as quinzelarias tecnológicas que Paulo, por ser ele, se julga autorizado a entroncar.

Quando o silêncio reverencial é o que se exige para o usufruto dessas maravilhas do engenho & arte do mecenato, ou é porque estamos muito ricos materialmente, ou é porque estamos muito pobres espiritualmente. Qual é o nome caso, ilustrado leitor? ●

Direito de imprensa

A ênfase sempre finalista do direito americano sobre imprensa está na própria constituição do país. Thomas Jefferson redigiu a primeira emenda constitucional, mais de dois séculos atrás, apenas para reforçar que a imprensa é uma instituição mais valiosa para a democracia assim na USA do que a próprio governo.

Por aqui, nosso direito é copioso em matéria de imprensa — e repressiva, quase sempre. O primeiro ato legal visou coibir a imprensa tal qual me parece que ela se tivesse estabelecido nesta parte de estilo império português. Hoje, comparando as legislações de vários países, estou convencido de que o direito penal é suficiente para lidar responsabilidades criminais quando esses são os casos. Certeza quanto ao direito de resposta. A melhor contribuição a respeito foi dada pelos franceses, que transformaram em delito a recusa da imprensa em garantir o direito de resposta aos que se consideram atingidos por ela.

Se essa obrigação já existisse, questões como a que o Tribunal Regional Eleitoral apreciou na semana passada não existiriam. Hélio Garcia sentiu-se injuriado porque *O Liberal* publicou denúncia do deputado estadual José Carlos Lima, do PT, contra o candidato do PFL ao senado, quando ele ainda era prefeito de Belém.

O TRE decidiu corretamente ao impugnar que o recuso de Garcia para obter direito de resposta nas páginas do jornal deveria ser apreciado à justiça comum, enquadrando-se na lei de imprensa e não no direito eleitoral. Mas seguramente, se sagar aos canis, o ex-prefeito nada conseguirá. O tempo transcorrerá sob a prescrição (e anos não honrar a sacubincóia). Se algum magistrado se dispuser a apreciar a matéria, escapando à vada coram da suspensão ou do impedimento, que tem acobertado os covardes ou os ineptos, dificilmente deixará de dar ganho de causa ao jornal.

O problema é que veículos da imprensa, como *O Liberal*, não se impõem procedimentos rígidos, o principal dos quais sendo o de ouvir a outra parte ao noticiar assunto controverso. Ou, não ouvindo o outro lado, acolher sua manifestação quando ela recorre ao direito de resposta. Não interessa o conteúdo desta resposta: ela, em si, constitui um direito sagrado. Não acolhê-lo é crime na França desde 1991, independentemente do agenciamento do anúncio.

Se, em 48 horas, um jornal — ou uma emissora de rádio e televisão — recusasse a publicar ou divulgar uma carta que compromissadamente lhe foi enviada, deveria ser imediatamente multado em dinheiro, com acréscimo diário e todas as partes do rio sanarizimino, até mesmo o bloqueio de bens e a quebra do sigilo bancário. Se o que foi dito na resposta é injúria, calúnia, difamação ou calúnia, a apreciação judicial da matéria é que definiria o delito, podendo também sancionar a indenização compensatória.

Uma cidade, independentemente de seus méritos e qualificações, não ficaria exposta ao dano causado pelo noticiário da imprensa, à espera de uma reparação, que costuma não vir a ser e posto de cágado, quando do outro lado está uma corporação poderosa como o grupo *Liberal*, ao qual se ouvira mesmo servidores públicos dotados de todas as garantias, como os magistrados.

Qualquer jornalista consciencioso e sério admitirá esta necessidade. Jamais verá sob a ameaça e liberdade de imprensa, que todos sabemos dependente do respeito aos direitos civis. Só os intransigentes preferem manter a situação atual. Infelizmente para o jornalismo e a sociedade, são da sua eles que ditam as normas, autorizando de que deveriam promover uma evolução, como o legislativo e o judiciário. ●

Liberdade de imprensa: a serviço da sociedade

Uma lei de imprensa séria deveria conter pelo menos duas normas. Uma delas impediria o cidadão de ingressar em juízo sem antes esgotar a instância administrativa para resolver pendência de qualquer tipo. Outra transformaria automaticamente em crime a recusa ao direito de resposta por 48 horas após ele haver sido suscitado.

Com esses dois dispositivos, realmente a pena avançaria na regulação das relações entre a imprensa e a sociedade. O interesse público prevaleceria sobre todos os interesses individuais, mas estes seriam respeitados até o limite em que a instância arbitral se torna necessária para evitar que um poder individual maior se sobreponha ao outro, menor e desvalido.

Muitas vezes um poderoso com suscetibilidade exacerbada e à flor da pele recorre à queixa-crimine para calar um jornalista incômodo (ou alguém que presta declarações à imprensa ou nela publicou um artigo), deixando de lado o nível da questão, informações e conhecimentos que deveriam ser compartilhados com o público acabam entocados nos autos de um processo. Ou não isso: o recurso aos atributos da personalidade e aos domínios da privacidade é o bastião para determinados tipos de julgadores semelhares com base no que alega a presumível vítima, sem maior consideração para com o árbitro e as circunstâncias do litígio, sem falar no interesse público.

Sempre que o assunto tiverse sido provocado pela imprensa, por ela também deveria começar o contraditório. Seu ponto original é a controvérsia. Seu Axioma teria que ser a publicação que deu causa à relação. Mas o dono da publicação ou quem a comando não poderiam inventar ou reinventar as regras do jogo. Uma determinação exterior categorica usaria o nível arbitral mas de muito êxito de imprensa.

A qualquer pessoa que se julgasse atingida em sua honra, violada em sua privacidade ou vítima de uma calúnia seria assegurado o direito de responder à mídia, com o mesmo destaque e no mesmo espaço do fato percursor, no prazo máximo de 48 horas após ter protocolado a resposta. Ela deveria ser acobrada integralmente, sem acréscimos ou supressões, desde que mantida a proporcionalidade com o motivador do agravo. A resposta seria repetida tantas vezes quantas fossem necessárias até assegurar a proporcionalidade com a publicação original. Acrescida de multa progressiva pelo descumprimento.

Se a resposta fosse mais dura ou incisiva do que o ataque, seria porque o ofendido optou pela retorsão, cancelando a via judicial subsopiente. Se os termos da resposta fossem comedidos e objetivos, seu autor poderia prosseguir pelo recurso à justiça, caso a réplica do alegado ofensor excedesse o acri-

scível ou tolerável. Não poderia, entretanto, ir direto aos tribunais.

Se a publicação simplesmente se recusasse a dar curso ao direito de resposta, incorreria em crime. Ao juiz, quando acionado pela parte, caberia apenas reconhecer a existência do delito e aplicar a pena, em rito sumaríssimo, numa medida capaz de evitar a repetição desse ato por parte daqueles que não conseguem entender o significado de um veículo de comunicação social, arvorando-se a donos da opinião pública.

Voltando a essas ideias, que me acompanharam há muito tempo, tentarei dar-lhes um sentido operacional, ao refletir sobre três casos em curso. Um deles em São Luís, onde o jornalista pernambuco Walter Rodrigues (moça melhor contribuição para o jornalismo maranhense) está sendo processado pelo governador Roseano Sarney. O objeto da litigância é um típico caso de interesse público. Transformando-se numa ação privada, subsidiariamente pública, desviou-se do seu curso normal, privando os maranhenses de ser adequadamente informados e formar seu próprio juízo a respeito. A necessária instância administrativa como condição para a instauração da ação penal acobardou com essa anomalia: só depois de esclarecer seus concebidos e objetivos (como sempre tentados a falar em súditos nesta República imperial) é que a governadora poderia tratar da dimensão particular da sua personalidade pública.

Outro caso é o de Walter Correia, que em Itaituba, com o seu *Correio do Povo*, fez um jornalismo incomparado ao do *Confusão*, da sua terra, Walter Rodrigues, e ao do *JP*. O juiz Cláudio Resende não gostou de um artigo do *Correio*, o que é direito líquido e certo seu, mandando chamar o autor da matéria e recebê-lo no xaréu, já esta uma prerrogativa que requer o devido processo legal antes de poder se materializar — e o que não houve, caracterizando um abuso de poder.

Mesmo um juiz, ainda que numa comarca de interior remoto, não tem os poderes de um deus, assumindo o princípio e o fim do contraditório. O poder judiciário tem que estabelecer essa hierarquia para que a liberdade de opinião também seja assegurada na esfera religiosa. Ou então cancela-se a globalização por seu feticheísmo e unilateralidade.

De minha parte, estou tendo que enfrentar mais duas ações, agora criminais, propostas pelo empresário Cecílio do Rêgo Almeida, que se declara humilhado e ofendido com o tratamento de grillagem dado à sua pretensão sobre sete milhões de hectares (70 mil quilômetros quadrados) de terras no Xingu. Inicialmente ele ajuizou uma ação cível de indenização junto ao foro central de São Paulo. Já suas queixas-crime vieram aportar na zona especializada da comarca de Belém, a 16ª.

Vou litigar na via judicial proposta, aguardando o soberano pronunciamento da julga-

dora a partir dos elementos que lhe foram apresentados nos autos. Mas há uma indescartável dimensão pública que aqui se manifesta. Um único cidadão, com base em tão precária documentação, contestado em todas as instâncias oficiais, não tem qualquer tipo de mediação que o impeça de querer se apoiar de um ídolo que é quase duas vezes e meia maior do que a Bélgica, em cujo território quase 10 milhões de pessoas extraem uma renda per capita cinco vezes superior à brasileira.

Uma área com o tamanho e a riqueza daquela de que C. R. Almeida quer se apoiar no Xingu é suficiente para sustentar o regime de sermoes uma Bélgica, com uma face de Bélgica e outra de Índia, a simbolizar seus pólos de riqueza e pobreza. Entregue aos capetins de um empresário como ele, vai ampliar esses extremos, a riqueza apropriada por poucos, a pobreza esperada pela maior parte do sofrido povo brasileiro.

A liberdade de imprensa capaz de servir à construção de uma grande nação e à consolidação do regime democrático é a que possibilita enfrentar esses desafios em praça pública, diante da sociedade, e não em ambientes fechados, onde poderia melhor agir a vedação da imprensa e a mordaza silenciadora, tornando-se mais eficazes — a litais à democracia.

Imprensa ruim

Os adidos da imprensa passaram deveriam se reunir para investigar mais arduamente um sorbitado código de ética normativa e de inflexível compromisso para os três jornais diários: não publicar fotos de cadáveres nos palcos, presentes na litigância policial, principalmente de pessoas mortas tragicamente. A *Provincia do Pará* colocou em uma de suas páginas o corpo carbonizado do electricista da boate Mystical, vítima da incêndio insumpido naquela casa de espetáculos. O *Liberal* destina o corpo de um adolescente assassinado, encontrado num mangal em decomposição e parcialmente devorado por bichos, cinco dias depois de haver desaparecido.

Uma imprensa minimamente responsável só publica tais fotos se elas atestarem crimes coletivos ou se podem ser usadas como prova contra um criminoso já identificado, mas, talvez, ainda não preso, ainda assim preocupada em alertar, não em escandalizar. As duas fotos são apenas um atestado dos requisitos sérios dos editores e do jornalismo sem escrupulos das que lhes referendaram a decisão.

Será que não é possível estabelecer uma concórdia mais longa e sadia?

Dia da imprensa: comemorar o quê?

A cada 10 de setembro comemora-se o dia da imprensa com rega-bofes. Parece que algumas das chamadas autoridades encarnam o papel da bruxa do conto de João e Maria: silenciam jornalistas para depois tomar seu dolo e ver se já estão no ponto de ir para a panela. As grades, no caso, são invisíveis, mas costumam prender mais do que as grossas barras de ferro atrás das quais foram trancafiados os dois meninos. É a grade da sedução, da corrupção. O cativo está livre como o tóxico coqueado por Millôr Fernandes. Livre até o próximo cliente e sua docemente banderada, é claro.

Vem de Millôr outro aforismo que define nossa profissão: imprensa é oposição, o resto é armazém de sacos & molhados. Alguns colegas interpretam essa linha muito ao pé da letra. Acham que podem partir do contra para chegar à verdade, que confundem com um avante, a tal da "posição progressista".

É por isso que os neo-investigadores de Figue, Epoca ou Folha de S. Paulo escrevem editoriais pensando em estar produzindo reportagens. Excesso de adjectivação sem sustentação fática indica que o autor tem tanta opinião que a repressão ao leitor, também lotada de opinática (ressuscitar Dada Maravilha). Ambos acabaram se empanturrando de irrelevante contandência, talvez tendo muito a ver com fantasias construídas, mas pouco ou quase nada com a realidade.

O pressuposto oposicionista é a condição necessária para a imprensa desempenhar seu mais importante papel: o de auditor popular do poder. Mas tem que verificar, checar, confrontar, elucidar. Nosso governador, por exemplo, acaba de submeter ao legislativo o PPA (Plano Plurianual) 2000/2003. Pode-se condená-lo com um único qualificativo: de que realiza o programa neoliberal (outra avatar boiando sobre qualquer desafeto). Mas um jornalista só pode chegar a essa conclusão depois de ler e entender o documento, sendo capaz de contextualizá-lo e interpretá-lo. Com a gradência de deixar ao leitor a prerrogativa de concluir a leitura da reportagem com a etiqueta de neoliberalismo (de mau gosto, aliás).

O 10 de setembro reduzido a cortes e bebes significa a acatamento das terríveis grades simbólicas. Tão pouco afetivos a reciclagens, os jornalistas devem aproveitar a oportunidade para refletir um pouco sobre sua própria história. Examinando-a com a atenção, chegasse a constatações de impacto.

A imprensa brasileira começou com atraso de um século em relação aos vizinhos de cultura hispânica e aos primos do outro lado do Rio Grande, herdeiros do constitucionalismo inglês e não do (né) tradição da inquisição religiosa. E começaram mal: os donos do poder instituíram a censura antes mesmo de ser o que censurar, e os pioneiros tiveram que ouvir o pássaro cantar lá fora antes de poder estabelecer-se na própria terra (mesmo com a promessa de que os que aqui gorjeiam, não gorjeiam com

lá). O *Correio Brasileiro*, de Hipólito José da Costa, nasceu em 1808... em Londres.

De Lisboa, Felipe Patrocinou trouxe os equipamentos e o impressor para inaugurar a imprensa, 13 anos depois, no Grão-Pará, com *O Paraense*. Estava certo de assim poder importar também o sistema monárquico constitucional originado do Porto, em 1820. Aqui chegou como o deputado mandado às cortes e lá, com suficientes cabelos no curição (segundo Haroldo Maranhão) ou na fuga, fez sua majestade ouvir dançafors de corpo presente.

Mas aqui deu de cara com um totalitarismo inenarrável. Acabou deportado e suas máquinas foram usadas pelos que até então eram os alvos de suas críticas, uma prática que se renova até o Estado Novo (o governo penetrou como inimigo em jornais incriminados, como *O Estado de S. Paulo* e, entre nós, o *Folha de News*).

A repressão violenta intimidou, mas não se estabeleceu pacificamente, nem seus males são eternos. Há sempre pessoas corajosas que se dispõem a enfrentá-la, como Batista Campos, Cipriano Barata, Lavoura Papegaio e, mais perto, o Barão de Itararé. Se não ganham, ostendem dignidade à derrota. Valorizam suas vidas e a dos outros. Fazem a máquina da história se mover.

Sabemos que os rapazes lá são geralmente em ardil, ou refletem no espelho jornalistas que renunciaram (se é que alguma vez assumiram) a sua vital função social — e estão sendo premiados por se terem domesticado. No entanto, refletimos pouco sobre essa contínua e inevitável experiência de conflito com o establishment. Quando os militares, logo em seguida ao AI-5 (de 13 de dezembro de 1968), mandaram seus censores para algumas redações, entre as quais figuravam órgãos da imprensa que até um pouco antes os haviam apoiado, os jornalistas que tinham enfrentado situação análoga em 1945, com o Estado Novo, foram rapidamente banidos. Não chegaram a sistematizar e teorizar sua experiência, transformando-a em ensinamento aos mais novos. É preciso sempre reconhecer: Retarda o avançar dessa ser paquidérmico no Brasil, a história. □

Não devia ser assim. Sabemos que casos atos de relações públicas ou costuram ser absolutamente falsos ou não têm profundidade. O primeiro ato do novo diretor (ou autocrata) é censurar a imprensa. Não quer ser focalizado, nem prestar contas. O sistema político e suas instituições ainda não são suficientemente sólidos no Brasil para imantizar o país com recatadas golpistas. Sem nos transformarmos naquele personagem do *Henfil* (Ulbeo, o paranoico), temos que estar permanentemente considerando a credibilidade, o reconhecimento e o apoio dos cidadãos pela imprensa, sem o que qualquer pé de vento derrubará nossa presunção de fortaleza, que disfarça o fato de ela não passar de um casulo de cartão.

Infelizmente, essas condições, que se enraizaram nos Estados Unidos e são um pouco mais fortes no restante do continente, ainda não existem no Brasil. Principalmente porque o cidadão tem dificuldades em se identificar com uma imprensa oficiosa, recíproca, cortês. Uma imprensa que se reduce a amarrão de sacos & molhados. E vende notícias como se comercializasse bananas.

Portanto, ao invés de comemorar, vigiar e agir. É mais saudável. ●

Verba pública

Além da disputa interna pelo controle do diretório municipal do PT na capital paraense, um dos pólos de decisão da candidatura do partido é prefeitura de Belém. Edmilson Rodrigues está trabalhando a todo vapor na frente externa, buscando criar um tal apoio popular que iniba qualquer articulação para impedir sua reeleição com base apenas na máquina partidária.

Um dos eixos centrais dessa estratégia é a propaganda. Em duas semanas o prefeito público um caderno de matérias pagas de quatro páginas em *O Liberal* e (quem diria) no *Jornal Popular* (este, já incluído na mídia petista, enquanto *A Província do Pará* dela foi expurgada) e de nada menos do que oito páginas no *Diário do Pará*. Pelo preço de tabela, esse caderno custaria 300 mil reais. Mesmo com um desconto excepcional de 50%, ainda sairia pelo salgado preço de R\$ 150 mil. Ou seja: em duas semanas de promoção pessoal o prefeito terou em propaganda pessoal dinheiro que devia para construir uma boa escola, inadvertidamente o prêmio do programa educacional da PMB.

Mas não é só na imprensa local que o alcaide investe. Há cinco ou seis números, *Caros Amigos* traz na última capa um anúncio da prefeitura de Belém, o maior e um dos raros financiados por essa publicação. Segundo o seu editor, a publicidade foi concedida espontaneamente pela agência que cuida da conta da PMB.

Que um político petista resolva ajudar uma publicação alternativa, geralmente excluída da programação de veiculação das agências, entende-se e até pode-se aprovar. Mas cinco ou seis anúncios seguidos, ocupando toda a última capa de *Caros Amigos*, já não é demais? Além de excessivo, estranho.

Excluído-se o discarico e a retórica, o que distingue Edmilson Rodrigues de Hélio Guedes na aplicação da verba publicitária pública? Além, ambos estão juntos no *Jornal Popular* (até quando?)

Respostas à redação. ●

Da imprensa à empresa

Quem escreve carta à grande imprensa e não a vê publicada está criando um novo escafiço para sua correspondência: o *Journal Pessoal*. Nesta edição público duas cartas de leitores que não conseguiram fazer ouvir sua voz na seção a eles destinada em *O Liberal*. Acolher essas cartas não significa atizar hostilidades contra a folha dos Majorana. Muito pelo contrário: o objetivo é confrontá-las com a função pública que sua empresa tem, eles queiram ou não reconhecer essa obrigação. Alerta que se destina não só aos Majorana, mas a todos os que, detendo um veículo de comunicação social, julgam-se por estarem dotados da opinião pública.

É muito grave quando, em encontros sociais, circulam notícias e informações jamais registradas nas páginas ou nas telas dos órgãos da imprensa. Esse fôlego acaba sendo utilizado por um líder demagogo ou um empresário inescrupuloso, que recorre a meia dúzia desses informações do circuito informal para atrair incautos e chantagem personagens vulneráveis. Esses entendimentos de má-fé conseguem distorcer sua verdadeira natureza e seu real objetivo graças à omissão da grande imprensa, que exerce, ôstrai ou silencia

sobre questões e situações do mais alto interesse público.

Julgam conseguir, assim, manipular a opinião pública, amoldando-a aos seus interesses pessoais. De fato o conseguem, mas não por muito tempo. E acabam gerando parasitas que fazem tão mal à sociedade quanto aos felicistas que os engendram, se não de imediato, algum dia, no inevitável ajuste de contas entre a criatura e o criador.

Ornacho da carta do leitor Cláudio Luiz da Silva, aqui publicado, revela a profundidade do descrédito ao qual nossa grande imprensa vai se aprofundando. Às vezes a informação até não é correta, mas o ânimo preventivo lhe confere um sentido lógico. Não é verdade, por exemplo, que o ex-prefeito Hélio Gueltes esteja por trás de *A Província do Pará*, como ainda insistem alguns boatos, sem base real, mas com muita verossimilhança.

É plenamente verdadeiro, porém, o estado de espírito do jornal contra o prefeito do capital em virtude de desentendimentos comerciais. O mesmo tipo de incidente que faz o Banco da Amazônia excluir *A Província* da publicação de seu balanço (veiculado em *O Liberal* e no *Diário*), enquanto o

jornal retrai noticiando unilateralmente os superdimensionando fatos negativos relacionados ao banco.

Deveria servir de referência para tais situações o litigioso entre a General Motors (a maior empresa do planeta) e o *Wall Street Journal*, o de maior tiragem nos Estados Unidos, na década de 20. Irritados com o noticiário do grande jornal de negócios, os boatos da GM cancelaram toda a publicidade da empresa no *WSJ*. Assim, de súbito e sem qualquer aviso, o jornal começou retratando setonistas cobrir a fábrica de automóveis. Chegou num ponto em que os executivos da corporação eram diariamente surpreendidos com notícias da GM, todas de interesse público, várias delas que desobedeciam por completo. A publicidade voltou ao *Wall Street*. Normal, como antes. Não aquele tipo de publicidade que compra silêncio e acomoda divergências.

Num momento em que as páginas dos jornais estão sendo lousadas e agenciadas, em que o já enfraquecido som dos terminais de computador desaparece sob o tilintar das 30 moedas, convém pensar nesse exemplo e encerrar com mais respeito o leitor. Sem ele, os poderosos órgãos de imprensa viram um puerilíssimo castelo de cartas. ■

Lei do mercado

Dizem que *Época*, de Editora Globo, a mais nova das três revistas semanais de informação do Brasil, já é a segunda em tiragem. No intervalo de dois meses de uma campanha agressiva de divulgação e conquista de leitores, passou a lado na frente de *Atual*, ficando a uma posição equidistante da primeira, *Veja*. A façanha está sendo atribuída a — digamos — um reengenheiro do direito-geral, Marcos Dvořák, no cargo há seis meses.

Não temo competição para analisar a questão propriamente empresarial, mas me preocupo o contributo editorial dessa fórmula de sucesso. Três semanas atrás *Época* saiu com um fôlego nas condecorações: a corrupção entre os jurados que absolvem os três comandantes militares do "massacre de Eldorado de Carajás" (ver *Jornal Pessoal* 218). Os indícios de irregularidade na atuação de um dos sete integrantes do corpo de jurados justificavam a matéria, mas não autorizavam o

ênfase de primeira página, principalmente o seu tom conclusivo e cabalístico.

No texto do múltiplo jurado, a revista não pôde segurar sua matéria de capa, garantindo que ela "compromete a fides consumada no julgamento". No entanto, nenhuma voz se referiu a um suborno consumado: falou em "tentativas de suborno". Ao invés de fatos, versões,

subjetividades, deduções. "Nessa versão [do acusado], liro [o acusado] teria redirecionado o caminho [do caso jurado, o assassinato] a algum tipo de brincadeira". Ao apresentar essa versão, o tristemente famoso jurado Sílvio Mendonça usou um tom de voz "que denunciava entusiasmo". Assim por diante. Mas tudo, até agora, ainda continua como brincadeira, embora de incontestável mau gosto.

Não há mais dúvida de que a incomunicabilidade dos jurados a partir do início de julgamento do tribunal do júri foi violada e que basta essa irregularidade para anular a primeira das 27 sessões programadas para resolver legalmente o sangrento episódio. Há ainda várias outras causas de nulidade em exame. Mas não pela ética e (ai, sim) pelo tom da escandalosa matéria de capa de *Época*. Se esse é o preço para conquistar leitores num mercado dramaticamente difícil, esta será a fórmula eficaz para mantê-lo? O tempo responderá. ■

Exemplo

Posta restante do governo, o *Repórter 70* do dia três antecipou a seguinte ordem: "Diariamente, o governador Almir Góes vai fazer com que os secretários de Estado saibam que devem estar presentes no desfile militar. Nos anos anteriores, a frequência deles foi poquena".

Com todos os lucros: se o governador acha tão importante assim que suas auxiliares compareçam à solenidade oficial comemorativa da Independência do Brasil, que se realizem Belém, por que, há cinco anos, se manda para o interior exatamente no dia sete de setembro?

Quem souber, mande o recado a (ou através de) *O Liberal*.